

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CAMPUS SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AMANDA POLLINE FACCIOLI

**A MOEDA SOCIAL COMO MECANISMO DE ATUAÇÃO DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

Sorocaba

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CAMPUS SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AMANDA POLLINE FACCIOLI

**A MOEDA SOCIAL COMO MECANISMO DE ATUAÇÃO DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Ciências em
Gestão e Tecnologia da Universidade
Federal de São Carlos, campus Sorocaba,
para obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientação: Profa. Dra. Kelen Christina
Leite

Sorocaba

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

AMANDA POLLINE FACCIOLI

*"A MOEDA SOCIAL COMO MECANISMO DE ATUAÇÃO DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA"*

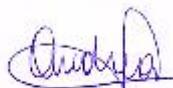
MONOGRAFIA

Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

Sorocaba, 8 de dezembro de 2017.



Prof. Dra. Kelen Christina Leite
Orientador(a)



Prof. Dra. Andrea Rodrigues Ferro
Membro da Banca Examinadora



Prof. Dra. Maria Carla Corrochano
Membro da Banca Examinadora

AMANDA POLLINE FACCIOLI

**A MOEDA SOCIAL COMO MECANISMO DE ATUAÇÃO DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Ciências em
Gestão e Tecnologia da Universidade
Federal de São Carlos, *campus*
Sorocaba, para obtenção do título de
bacharel em Ciências Econômicas.
Universidade Federal de São Carlos.
Sorocaba, 8 de Dezembro de 2017.

Orientadora

Dra. Kelen Christina Leite
Universidade Federal de São Carlos

Examinadora

Dra. Andrea Rodrigues Ferro
Universidade Federal de São Carlos

Examinadora

Dra. Maria Carla Corrochano
Universidade Federal de São Carlos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Cristina Polline, minha maior inspiração e força, e ao Carlos Magoga, um amigo muito especial, que me acompanha agora em outro plano.

AGRADECIMENTOS

Escolher nomes que simbolizem a minha gratidão é uma tarefa um tanto difícil, mas tentarei.

Agradeço, antes de todos, a minha família, o meu maior suporte e inspiração, nem todos os agradecimentos seriam suficientes a vocês. Em especial, as pessoas mais incríveis que poderiam estar na minha vida: minha mãe, meus irmãos, meu pai e minha prima Lethícia.

Reconheço também todo companheirismo e apoio dos meus amigos ao longo de toda a minha graduação. Confesso que fui sortuda e conheci pessoas maravilhosas nesses anos todos. Em uma tentativa de nomear meus sentimentos começo agradecendo as minhas amigas e amigos tão queridos da FURG: Isabella, Joice, Caio, João Pedro e Carlos por terem feito parte dos meus dois primeiros anos de graduação de forma tão marcante.

Agradeço ao Thiago, Lenise, Valdemir, Osvaldo e Jhony por serem as minhas mais fiéis amigas da UFSCar; também as mulheres incríveis que conheci: Isabella, Ana, Valquíria, Evelin, Gabriela Soares, Amanda, Marcela e todas as outras que cumpriram com a sororidade e tornaram a universidade um lugar mais empoderador; aos meus amigos Lucas e Gabriel por representarem a desconstrução causada pela federal na minha vida e a todas as pessoas que dividiram comigo lares e repúblicas nessa vida nômade da graduação.

As amigas e amigos lá de Americana, que mesmo sem saber, sempre me fizeram seguir em frente e nunca desistir.

A Rede Fora do Eixo e ao Coletivo King Chong por todo conhecimento compartilhado na minha descoberta sobre novas formas de economia e sociedade.

Por último, mas não menos importante, a minha orientadora. Uma mulher muito inteligente que topou guiar uma aluna que nem conhecia por um tema bonito e polêmico e fez essa orientação da melhor forma possível.

A todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho se situa em um contexto de carência acadêmica de abordagens sobre formas alternativas de se pensar e fazer economia, sobretudo a partir das ciências econômicas. Desta forma, tem-se a Economia Solidária como plano de fundo para o estudo sobre a Moeda Social. Sendo um trabalho qualitativo de caráter bibliográfico, os objetivos consistem na busca de um histórico da Economia Solidária, através de uma revisão detalhada da bibliografia abordando questões como: o modo de regulação fordista/keynesianista; a crise dos anos de 1970, o Neoliberalismo, bem como seus princípios e impactos na vida do trabalhador e sua intersecção com o ressurgimento da Economia Solidária nos anos de 1990. A partir do histórico e da descrição da Economia Solidária desenvolve-se o tema principal: a Moeda Social, analisando-a como um mecanismo de atuação dos valores e propósitos da Economia Solidária, considerando o papel simbólico da moeda na sociedade contemporânea e outras formas de atuação da moeda, como as moedas Alternativas e Paralelas, buscando elevar a pluralidade e robustez do tema. Para debater a Moeda Social foi trazido um estudo sobre o Banco Comunitário União Sampaio, localizado na periferia da Zona Sul de São Paulo, e que utiliza a moeda \$ampaio como mecanismo de desenvolvimento local. Desta forma compreendeu-se que a Moeda Social representa um passo significativo na construção de uma economia mais inclusiva e solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária. Ressurgimento da Economia Solidária. Moeda Social. Banco Comunitário União Sampaio. São Paulo.

ABSTRACT

The present work is motivated by the academic lack of approaches on alternative ways of economic theory thinking. So, we have the Solidarity Economy as a background for studying Social Currency. As it is a qualitative work of bibliographical character, its objectives consist in the search of Solidarity Economy history, through a detailed bibliographical review on: Keynes regulation mode; Ford organizational way of work; the Neoliberalism emergence, as well as its principles and impacts on workers' lives, its crisis and its intersection with the resurgence of Solidarity Economy in the 90s. After setting the history and description of the Solidarity Economy, the main theme is developed: the Social Currency, analyzing it as a mechanism for acting on Solidarity Economy's values and purposes, considering the symbolic money role in contemporary society and other forms of currency performance, such as the Alternative and Parallel currencies, seeking to increase the plurality and robustness of the theme. In order to make Social Currency more tangible, a study on the Sampaio Union Community Bank was brought, located in the southern district of the city of São Paulo, which uses Sampaio currency as a mechanism for local development. In this way, it was understood that the Social Currency represents a significant step in the construction of a more inclusive and solidary economy.

Keywords: Solidarity Economy. Emergence of Solidarity Economy. Social Currency. São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2. ELEMENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO SÉCULO XX: “OS ANOS DE OURO DO CAPITALISMO” E SUA CRISE NOS ANOS DE 1970.....	14
3. O (RE)SSURGIR DA SOLIDARIEDADE NA ECONOMIA	20
3.1 Raízes da Economia Solidária: o movimento cooperativista.....	21
3.2 Economia Solidária: movimento em construção	26
4. MOEDA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL	32
4.1 Moeda Nacional e moeda corrente.....	32
4.2 Moedas Alternativas e Paralelas	34
5. MOEDA SOCIAL: INSTRUMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	38
5.1 Moeda Social e poder público.....	42
5.2 Moeda Social e bancos comunitários	43
5.3 Clubes de Troca	44
5.4 Comparação moeda social e moeda nacional.....	45
6. BANCO COMUNITÁRIO UNIÃO SAMPAIO.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

INTRODUÇÃO

Ao longo da graduação em Ciências Econômicas algumas disciplinas discorrem sobre as teorias do desenvolvimento econômico, apresentam a história do pensamento econômico, as distintas vertentes de cada autor, bem como suas próprias histórias e trajetórias pessoais. Contudo, ao me deparar com a construção de tantas teorias a respeito de como se dão as trocas e as relações entre os agentes econômicos, sempre ansiei por teorias mais humanas, por aspectos que unissem de forma mais profunda a ‘economia matemática/prática’ com a ‘economia histórica/social’.

Essa carência teórica se ampliou quando, fora da universidade, conheci cooperativas, coletivos, bancos comunitários e diversas outras formas de se produzir e trocar que pertenciam a um sistema econômico real e que eu não encontrava presente nas discussões propostas pelo curso. É dessa escassez de diversidade teórica que surgem as primeiras intenções de construir um estudo sobre uma teoria econômica distinta ao que me havia sido apresentada até então na universidade.

Compreendendo que o contexto político e social global no qual se insere a economia atual, bem como suas práticas e mecanismos de atuação, dificilmente poderão ser resumidos puramente como neoliberais, pois mesmo que as práticas e muitas leis vigentes sejam hegemonicamente neoliberais – em prática desde a crise dos anos 1970¹ – a globalização, a democracia, a tecnologia e vários outros fatores constroem alternativas e diferentes experiências políticas, sociais e econômicas, elevando a pluralidade das relações humanas em várias camadas da sociedade e tornando estimulante a pesquisa sobre a construção dessas experiências alternativas e seu desempenho na economia.

Ainda assim, faz-se importante ressaltar, na introdução do tema a hegemonia das políticas neoliberais na economia mundial e a força de atuação de Instituições guiadas por essas práticas (Fundo Monetário Internacional – FMI; Organização Mundial do Comércio – OMC; países e blocos econômicos que representam a liderança econômica mundial – Estados Unidos, União Europeia; vários países da América Latina entre outros) que acabam tornando complexo o processo de diluição e aplicação de mudanças

¹Com base em Leite (2011), entre os anos 1960 e 1970 presenciou-se o esgotamento do modelo de produção fordista/keynesianista e a reestruturação capitalista se deu com base na liberdade de ação das empresas, com redução da atuação do Estado na economia e alterações nas práticas no mercado de trabalho e na estruturação da sociedade como um todo.

significativas na política ou no âmbito socioeconômico, fazendo-se necessários estudos e debates sobre as formas de relação divergentes das práticas atuais.

O presente trabalho objetiva-se como um estudo sobre uma destas práticas que se pretende distinta da Economia Capitalista de cunho Neoliberal, a chamada Economia Solidária. Buscar-se-á explicar seu (re)ssurgimento e intersecção com a crise econômica neoliberal, dando fundamental importância ao contexto histórico, construindo a linha de desenvolvimento econômico a partir dos anos 1950 até o cenário atual.

Deste modo o trabalho organiza seu primeiro capítulo tratando de alguns elementos centrais da economia mundial do século XX que, ao implementar políticas neoliberais, pós-crise de 1970, dão base ao (re)ssurgimento da Economia Solidária que busca contrapor-se aos efeitos do neoliberalismo no que tange a questão do aumento da pobreza e do desemprego.

O segundo capítulo trata, justamente, do ressurgimento da Economia Solidária, suas diferentes interpretações teóricas, bem como suas experiências concretas. Delineadas suas características, busca-se evidenciar seus mecanismos de atuação, examinando a convergência da teoria elaborada e a prática destes mecanismos.

O terceiro capítulo define a compreensão da Moeda, aqui entendida como instituição social revisando a literatura na busca de definições e concepções da mesma.

O quarto capítulo adentra o objeto específico que é a Moeda Social enquanto um instrumento da Economia Solidária, descrevendo-a e, partindo destas definições, demonstrando aplicações empíricas desse instrumento, analisando sua funcionalidade, desempenho e convergência teórica.

O quinto capítulo se debruçara sobre uma experiência específica e fará um estudo sobre um caso prático, de uma realidade próxima, para elucidar melhor as características teóricas apresentadas e trazer um panorama factual acerca deste mecanismo, trata-se do Banco Comunitário União Sampaio que faz uso de uma Moeda Social em suas operações.

O fechamento do trabalho consiste na análise dos pontos levantados, compreendendo o debate sobre o papel da Moeda Social, como mecanismo de atuação da Economia Solidária que busca romper com a lógica neoliberal.

Deste modo, o presente trabalho pretendeu: analisar de que modo a Moeda Social contribui para o fortalecimento da Economia Solidária e promove a concretização de muitas de suas experiências e fomenta o debate sobre sua

funcionalidade concreta no dia a dia de quem a utiliza; compreendendo de que forma seu uso ajuda a constituir uma forma mais solidária de se pensar e fazer economia.

Este estudo se caracterizou como um trabalho qualitativo de caráter bibliográfico. Para tanto foi realizada uma revisão bibliográfica centrada em algumas questões chave como: o neoliberalismo; a Economia Solidária e seu ressurgimento no Brasil; um breve estudo sobre o papel do dinheiro em si (moeda corrente) e da Moeda Social – tema principal – e suas aplicações, constituindo o desenvolvimento teórico inicial do trabalho.

O levantamento do material, aqui trabalhado, foi feito por meio de documentos escritos como uma bibliografia básica, jornais, revistas, sites, bases de dados.

Acreditando que a melhor forma de se compreender o real papel da Moeda Social como mecanismo da Economia solidária fosse uma exemplificação prática, o presente trabalho utilizou-se de um estudo sobre um caso específico para elucidar as características teóricas.

Focou-se um exemplo atuante de Moeda Social através de um banco comunitário - Banco União Sampaio – com a moeda \$ampaio. Para que a explanação desta moeda fosse feita de forma concisa houve um esforço em buscar referências e descrições teóricas sobre seu surgimento e formas de atuação; houve, ainda, a busca por compreender os benefícios trazidos por esta moeda no desenvolvimento social local no qual atua o Banco Comunitário União Sampaio.

Para que o estudo contemplasse a realidade local, através de um exemplo específico, foi utilizada, dentre outros materiais, uma Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pelo Centro de Ciências de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), defendido em 2014, intitulado: “Finanças solidárias e a luta contra hegemônica: um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade”. Esta dissertação contemplou entrevistas com os idealizadores do banco, os gestores e os usuários, buscando compreender a intensidade e a qualidade do papel da Moeda Social \$ampaio no fortalecimento e desenvolvimento da economia local, sendo esta análise mais focada na percepção dos usuários do que em dados quantitativos.

Além da revisão deste trabalho foram feitas pesquisas em materiais disponibilizados pelo próprio Banco e pela prefeitura de São Paulo, onde o mesmo se insere, buscando esclarecer a ligação da teoria trazida na revisão teórica com prática vivenciada pelos usuários do Banco União Sampaio, compreendendo a Moeda Social

como mecanismo de atuação da Economia Solidária no rompimento da lógica neoliberal.

1. ELEMENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO SÉCULO XX: “os anos de ouro do capitalismo” e sua crise nos anos de 1970.

A economia contemporânea, assim como todas as relações pautadas acerca dela, são reflexos de acontecimentos, eventos e circunstâncias que construíram o presente. Para melhor compreender o contexto econômico atual é necessário compreender seu processo de desenvolvimento socioeconômico, seus modelos de desenvolvimento e suas consequências.

Não havendo espaço e nem sendo o objetivo deste trabalho discorrer sobre a história econômica e a constituição do capitalismo, focar-se-á em alguns aspectos do desenvolvimento capitalista do século XX que são importantes para o entendimento da Economia Solidária e do seu “ressurgir” no final dos anos de 1990.

Com base nos estudos de Leite (2010), em *A reestruturação capitalista da sociedade e o ressurgir da economia solidária*, vemos os anos de 1945 e mais especificamente o modo de regulação² fordista/keynesianista como um corte temporal para a construção histórica deste tema.

Com o fim da II Guerra Mundial os anos pós 1945 foram marcados pela construção do Estado do bem-estar social³ justificando o foco das políticas econômicas no crescimento e desenvolvimento econômico. Para que fossem cumpridos estes objetivos foram implementadas medidas de crescimento econômico em duas vias: via aumento de produtividade dos trabalhadores – dinamizando o capitalismo vigente – e também via elevação da remuneração do trabalhador, aquecendo a economia.

Esta elevação da remuneração do trabalhador ocorreu de duas formas distintas, prática e geograficamente. Na Europa, ocorreu via aumentos do chamado salário indireto; nos Estados Unidos da América, por aumentos no salário direto, constituindo, de ambas as formas uma estratégia para ampliação e consolidação de um mercado consumidor amplo, apto para a possibilidade aberta de consumo correspondente a formas de produção em massa que foram propiciadas pelo fordismo e, com isso, o fenômeno do consumo em massa se consolidou nos Estados Unidos, estendendo-se

² Para Boyer (1990), representante da escola francesa da regulação, as análises em termos de regulação inscrevem-se dentro de uma inspiração teórica baseada, fundamentalmente, na tradição marxista, e referências keynesianas e trabalhos de história econômica com intuito de poder propor uma construção teórica consistente. Por “regulação” entende-se a conjunção dos mecanismos que viabilizam a reprodução do conjunto do sistema, em função do estado das estruturas econômicas e das forças sociais.

³ Importante ressaltar que o desenvolvimento tardio da economia brasileira, que acabou incorporando apenas os aspectos técnico-organizacionais do fordismo, uma vez que na década de 1950 a indústria nacional era restringida e a política salarial desigual aplicada aos trabalhadores não permitiu a constituição de um amplo mercado de consumo de massa.

mais tarde para a Europa e, por fim, o consumo em massa de produtos estandardizados generalizou-se pelos países industrializados. Desta forma, as chamadas políticas keynesianas, aplicadas, sobretudo na Europa, buscavam compatibilizar o alto lucro empresarial com o consumo em massa, garantindo, nos países que as adotaram melhorias no padrão de vida da população via criação de uma série de bens sociais como saúde, educação, assistência social, proteção trabalhista dentre outros.

Nomeado, sobretudo na Europa, como modelo fordista/keynesianista (modo de regulação fordista/keynesianista), esta chegou a ser denominada como uma política de compromisso entre Estado, capital e trabalho, reestruturando a economia da época e alterando a organização social, familiar e produtiva dos países.

O regime de acumulação fordista/keynesianista pode ser considerado, assim, uma fase particular do desenvolvimento capitalista, caracterizado por investimentos em capital fixo que criam uma capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Para que esse potencial se realize faz-se necessária uma política e uma ação governamental adequada, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados (o modo de regulação). O keynesianismo é, pois, descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial. (LEITE, 2010, p. 424).

Convencionou-se denominar tal período econômico/político de: “os anos de ouro do capitalismo”, que pode ser sintetizado em três principais pontos: altas taxas de lucro, salários elevados, bens sociais aos trabalhadores e consumo em massa. Contudo, mesmo que estes pontos estivessem alinhados em busca do crescimento econômico, os limites para o equilíbrio entre altas remunerações ao trabalhador e ganhos ao capital geraram tensões sociais que, junto a outros fatores, resultaram em barreiras para a expansão e continuidade do modo de regulação fordista/keynesianista limitando os “anos gloriosos” do capitalismo ao período entre o pós-guerra (anos 1945) e os anos de 1970, quando o modelo fordista de organização da produção atinge seus limites, reestruturando, aos poucos, a organização econômica vigente.

Tais limites e contradições tornaram-se evidentes quando o sistema técnico-produtivo esgotou as possibilidades de aumento da produtividade em ritmos suficientes para atender, simultaneamente, às demandas do capital e do trabalho. Então, o consenso social, necessário para dar sustentação ao modelo, entrou em crise, visto que a forma de distribuição social da renda passou a colidir frontalmente com os interesses da acumulação de capital. (LEITE, 2010, p.424).

Além do esgotamento da produção em massa, devido a questões técnicas do

fordismo, dentre elas sua rigidez, o tão importante consumo em massa também encontrava suas limitações, uma vez que a demanda por novas aquisições decaía e dava lugar à demanda por reposições, elevando as flutuações de mercado. A resistência dos trabalhadores na linha de montagem também se fazia sentir pelo trabalho mal feito, pelas paradas na produção, pelo elevado nível de absenteísmo dentre outros. A crise do petróleo em 1973/74 é outro elemento importante, vale destacar que resultou na elevação das taxas de juros e dos déficits externos, pois afetou as economias mundiais uma vez que são movidas a petróleo. Outro elemento importante é o déficit do Estado.

Em suma, foram diversas as variáveis da crise que se instaurou no modo de regulação fordista/keynesianista, como são diversas também as medidas efetivamente tomadas para resolução da crise.

A rigidez do fordismo, sua inflexibilidade, foi questionada e várias das medidas organizacionais adotadas pelo toyotismo passaram a ser viabilizadas, sobretudo para um atendimento mais rápido da demanda.

A resistência dos trabalhadores à linha de montagem, que também gerava queda na produtividade e lucratividade, foi minada pelos processos implementados e ligados ao movimento pelo enriquecimento das tarefas, pelo trabalho em ilhas de montagem, como na Volvo em Kalmar, e não mais em linhas de montagem, elementos ligados a qualidade total, grupos semi-autônomos de trabalho, intenso processo de automação entre outras medidas reduziram os efeitos da resistência dos trabalhadores à linha de montagem.

Quanto às flutuações no mercado tratava-se de resolver o problema da reposição, pois diferentemente dos anos de 1930 não se tratava tão somente de falta de disponibilidade de massa salarial para o consumo, mas, sobretudo havia o fato de que os grupos com disponibilidade para o consumo já haviam consumido e, portanto era necessário encontrar um modo para que voltassem a consumir e isso foi feito a partir de uma suposta diversificação dos produtos, pesado investimento em *marketing*, mas, sobretudo pela diminuição do tempo de vida útil dos produtos, a chamada obsolescência programada.

A desregulamentação dos controles sobre os fluxos financeiros, uma das políticas centrais do neoliberalismo, resultou não apenas em maior liberdade de trânsito para o capital financeiro, mas também potencializou um processo de deslocamento de plantas produtivas empresariais, as quais alteraram seus locais de produção em busca de maiores lucros, vale dizer, menores remunerações aos trabalhadores e maiores

possibilidades de exploração da força de trabalho.

A deslocalização de unidades produtivas decorre de relações, cuja iniciativa pertence aos grupos industriais e comerciais dos países que participam do oligopólio mundial e cujo efeito consiste em poder jogar em concorrência a oferta da força de trabalho de um lado para o outro. (...) O sistema mundial é fortemente integrado no aspecto financeiro e ainda mais quanto aos investimentos diretos. Mas não é integrado quanto ao preço de venda e às condições de utilização da força de trabalho pelas firmas. Estas têm toda liberdade para explorar como quiserem as diferenças na remuneração do trabalho, entre diferentes países e regiões (CHESNAIS, 2004, p.18).

No âmbito social, a problemática estava na forma de tratamento ao trabalhador dentro do sistema, a qual foi considerada por muitos autores como insustentável⁴.

No que se refere às políticas de Estado, alguns autores, como La Garza (1995:76/7) e O'Connor (1977) apud Leite (2010) apontam uma crise fiscal, onde o Estado teria gasto mais do que o seu limite em políticas sociais, resultando em um déficit elevado.

É justamente neste momento, e diante desta situação, que se instaurou a política neoliberal como forma de resolver a crise dos anos 1970 no que se refere às políticas do Estado. Apesar do discurso do Estado mínimo, percebe-se que, na prática, para resolver ou minimizar as desordens financeiras globais exige-se sempre mais a coordenação dos Estados ou de órgãos supranacionais para evitar os cataclismos de dimensões que poderiam abalar a acumulação do capital e todo o sistema, haja vista as atitudes intervencionistas do Estado adotadas a partir de setembro de 2008. (LEITE, 2010, p. 428).

A união destes fatores não somente resultou na crise dos anos 1960/1970 e destituiu o modelo econômico em vigência, como também reestruturou o capitalismo em uma nova prática, sintetizada com base na lógica neoliberal, representando a liberalização do capital financeiro, forte tendência da submissão do Estado frente ao capital, dentre várias outras práticas que priorizam o lucro em detrimento a remuneração de qualidade ao trabalhador e dos bens sociais conquistados e garantidos à população.

Segundo Anderson (1995) o início do neoliberalismo, em termos de organização de suas ideias, se deu em 1944 com a publicação de *O Caminho da Servidão* de Frederich Von Hayek, porém a crença na liberação econômica ganhou força aproximadamente 30 anos mais tarde, com a crise dos anos de 1970, uma vez que, até o momento da crise, a economia vinha apresentando um rápido crescimento. É então que, a partir de 1979, com a eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra o neoliberalismo

⁴ Para um aprofundamento no debate social do trabalhador no modelo fordista/keynesianista ver: ANTUNES, 2000; RODRIGUES, 2002; GRANJA, 2005; MOLIN, 2009; LEITE, 2010.

passa a ser adotado e, em 1980, tem-se também a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos com consequente adoção das políticas neoliberais pelo Partido Republicano.

Ainda segundo Anderson, com o fim destes anos gloriosos o que se viu foram baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, abrindo espaço para críticas que relacionavam a crise ao poder que o movimento sindical (que reivindicavam altos salários e bens sociais) havia adquirido no período anterior, caracterizado pelo pleno emprego e pelos elevados gastos sociais por parte do Estado. A solução para a crise viria então através de uma forte política anti-trabalhista para limitar o poder dos sindicatos, dentre elas a criação de um “exército de reserva de trabalho” para reduzir o poder – considerado abusivo - de negociação dos sindicatos, o que os neoliberais denominam de uma “taxa natural de desemprego”; uma política de cortes relacionados ao Estado do bem-estar, concentrando o papel do Estado na implementação de reformas fiscais para incentivar os investimentos dos agentes privados.

Estas políticas, como mencionado, entraram em prática pela primeira vez em 1979, na Inglaterra com o governo Thatcher, seguido por Reagan em 1980 nos Estados Unidos, 1982 com Kohl na Alemanha e espalhando-se por toda Europa Ocidental⁵. Segundo Anderson (1995) “os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado”, tendo atingido a América Latina, sobretudo nos anos de 1990, ainda que o Chile de Pinochet já tivesse feito alguns experimentos neoliberais.

O autor ressalta que conforme os países foram adotando as práticas neoliberais eles também foram moldando-as de acordo com a situação vigente e também com a força de atuação de cada governante. Entretanto, é importante nomear as ações mais marcantes desta corrente econômica:

- Contração das emissões monetárias;
- Aumento das taxas de juros;
- Redução de impostos sobre altos rendimentos;
- Redução/abolição do controle sobre fluxos financeiros;
- Alterações significativas nas legislações a respeito de direitos sindicais, como as greves, por exemplo;
- Redução/corte de investimentos sociais;
- Privatizações massivas.

⁵ Com exceção da Suécia e Áustria.

Segundo LEITE (2010), para a corrente neoliberal, o financiamento de políticas públicas do Estado é gerador de déficits, inflação e desestimula o trabalhador, logo reduz a produtividade. Dessa forma, o Estado deveria auxiliar apenas em caso de pobreza extrema.

Foram diversas as consequências da implementação das práticas econômicas neoliberais ao longo dos anos. Atenção especial é dada ao aumento da má distribuição de renda, decorrente das próprias características do modelo econômico neoliberal e a constante retirada de direitos sociais e trabalhistas⁶. O balanço do neoliberalismo feito por ANDERSON (1995, p.6) é que:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.

Segundo LEITE (2007) a liberdade econômica dos agentes, segundo a perspectiva liberal “deveria ocasionar um equilíbrio entre todos os indivíduos, de tal sorte que todos pudessem nele tirar vantagens pelas vias da livre concorrência e da livre escolha. Esta utopia liberal jamais foi realizada”.

É importante ressaltar, dentro do escopo de descrição e contextualização do neoliberalismo na economia mundial, que o desenvolvimento do capitalismo não se deu de forma democrática, mas sim, de maneira “coerciva e impositiva”. Marx (2013) demonstra esse processo quando analisa no capítulo 24 d’*O Capital* a assim chamada acumulação primitiva, questão esta retomada e atualizada, sob outro ângulo, em Harvey (2004) por meio do conceito de acumulação por espoliação.

As consequências destas ações são vivenciadas nas décadas seguintes (anos 1990), com altos níveis de desigualdade entre as classes sociais, afetando particularmente a América Latina⁷ e, conseqüentemente, o Brasil. Assim, é compreensível que o debate acerca da redução da pobreza, erradicação da miséria, melhor distribuição de renda, ou seja, da solidariedade na economia ou a falta dela, ressurgissem como pauta política e econômica dos países nos anos 1990 e 2000.

⁶ No dia 11/11/2017 o Brasil vê uma “reforma” trabalhista entrar em vigor retirando, flexibilizando e precarizando inúmeros direitos trabalhistas. Para mencionar apenas dois deles têm-se a prevalência do negociado sobre o legislado e o trabalho intermitente.

⁷ Devido a sua construção histórica de desigualdades, a América Latina teve impactos mais graves.

2. O (RE)SSURGIR DA SOLIDARIEDADE NA ECONOMIA

Desta forma, a partir dos elementos destacados no capítulo anterior, segundo Leite (2010) e Singer (1998), é coerente compreender que, assim como o modelo fordista/keynesianista representou uma alternativa para que os desafios do pós-segunda guerra fossem enfrentados, o ressurgimento de debates acerca de novas formas de produção e formas alternativas à economia capitalista neoliberal são analisados e compreendidos como decorrentes de consequências da crise dos anos de 1990 e 2000, sinalizando fortemente o ressurgimento da Economia Solidária neste período como resposta ao aumento da pobreza e do desemprego vivenciadas na à época.

Como salienta Leite:

A solidariedade e a cooperação começam a ser pensadas a partir da possibilidade de serem, politicamente, articuladas como fatores estratégicos necessários para se enfrentar os desafios colocados pela reestruturação capitalista da sociedade. Isto porque os momentos de crise e de reestruturação podem ser entendidos, também, como aqueles que abrem as portas para uma redefinição dos limites e das possibilidades de mudanças no modo de produção e reprodução da vida social. (LEITE, 2010, p. 429).

Essa demarcação temporal do ressurgir da Economia Solidária no Brasil a partir dos anos 1990/2000 também está na análise de Singer:

No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e, sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva. (SINGER, 1998, p. 08).

Gaiger (2003), em seu artigo *A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista*, converge com a importância dos anos 1990/2000 para o debate acerca da Economia Solidária, uma vez que, segundo o autor, o contexto da época era de desocupação estrutural e empobrecimento, contribuindo para a construção de empreendimentos autogestionários com a socialização dos bens de produção e do trabalho. Conforme estes empreendimentos se firmaram, passaram a chamar a atenção de estudiosos que buscaram incluir esta nova expressão de ideias nos debates e construções teóricas de cunho econômico e social.

Portanto, é possível situar os estudos sobre a Economia Solidária a partir de seu ressurgimento, tanto em práticas econômicas quanto em construções teóricas, no contexto de crise dos anos 1990, resultantes das práticas neoliberais que começam a ser

implementadas no final de 1970 na Europa e EUA e, posteriormente invadem praticamente todas as economias do leste europeu, Ásia e América Latina.

Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por consequências, o desemprego e o fechamento de empresas e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora. Floresceu então, a partir de 1977 e até 84, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. (NOELLE, 2002, p.3).

Tais iniciativas apontadas por Noelle (2002) se prolongam também pela década de 1990.

No Brasil, a adoção das políticas neoliberais ocorreu de maneira muito forte a partir, sobretudo, do governo Collor, mas já presente no governo Sarney. De acordo com Singer (2002) a abertura de mercado realizada de forma abrupta, como se deu nos anos 1990, foi prejudicial às empresas nacionais resultando na falência de muitas delas e gerando, conseqüentemente, desemprego. Sendo esta última consequência a catarse para a busca de novas formas de obtenção de renda.

Lechat (2002) também associa as raízes da Economia Solidária no Brasil a “embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural”, corroborando a teoria de Singer.

Desta forma evidencia-se a ligação histórica da Economia Solidária com as práticas de autogestão como possibilidade de reestruturação dos modos de produção e reprodução da vida social, uma vez que com a crise do trabalho assalariado a solidariedade na economia também entra em decadência.

2.1 Raízes da Economia Solidária: o movimento cooperativista

Introduzindo o tema da Economia Solidária de forma mais ampla, torna-se importante ressaltar que suas raízes, segundo Gaiger (2003), Singer (1998;2002), estão na Europa do século XIX, como resultado de movimentos do operariado, originando as primeiras cooperativas autogestionárias de produção, o movimento cooperativista é, portanto o berço, a origem das ideias ligadas à Economia Solidária. Desde então, a Economia Solidária apresenta-se através destes e outros mecanismos alternativos à economia capitalista, como: cooperativas de consumo; cooperativismo de crédito; cooperativas de compra e venda; cooperativas de produção; clubes de troca e moedas sociais; empreendimentos solidários, entre outros.

Essa multiplicidade de ações da Economia Solidária está também presente em um panorama dado por Singer através de seu livro: *Introdução à Economia Solidária* de 2002, ilustrando a continuidade da atuação da Economia Solidária e a necessidade de novos estudos sobre suas definições e mecanismos de atuação. Em *Uma Utopia Militante* (1998) Singer se debruça sobre algumas questões cruciais da Economia Solidária.

A Inglaterra do século XIX é o *locus* privilegiado do desenvolvimento das relações capitalistas de produção e, assim, o *locus* privilegiado também de suas contradições.

As condições de trabalho na Inglaterra deste período, e não apenas, caracterizavam-se pelas extensas jornadas de trabalho (14, 16, 18 horas), pelo trabalho infantil, pelas péssimas condições de trabalho e salário, sobretudo para as mulheres, fortes hierarquizações das relações dentre outras características degradantes. Evidentemente, mais de duzentos anos depois, certas condições continuam precárias e, no mundo todo, há um ataque aos direitos dos/as trabalhadores/as que atentam contra a dignidade humana, o Brasil, particularmente com a chamada Reforma Trabalhista engendrada pelo governo de Michael Temer, aprofunda esses ataques.

Na Inglaterra do século XIX a resistência operária, sobretudo nas fábricas de tecelagem⁸, se manifesta e, a partir da organização no local de trabalho é elaborada a proposta de possibilidades organizativas que tenham como fundamento a cooperação em contraposição à exploração.

O cooperativismo, ligado ao movimento dos trabalhadores, demarca uma série de características como⁹:

- 1- Sociedade gerida democraticamente;
- 2- Sociedade aberta com quota mínima de capital igual para todos;
- 3- O dinheiro investido remunerado a determinadas taxas de juros;
- 4- Sobra distribuída entre os sócios;
- 5- Vendas à vista;
- 6- Produtos de boa qualidade;
- 7- Formação dos sócios aos princípios do cooperativismo;

⁸ Embora sempre se diga os operários da tecelagem é importante lembrar e ressaltar que a maior parte da mão-de-obra da tecelagem era feminina.

⁹ Vale ressaltar que estas são características das experiências que seguem os princípios do cooperativismo de forma honesta e verdadeira, contudo, infelizmente, estas acabam coexistindo com experiências específicas que se utilizam de brechas e representam apenas empresas que burlam a legislação trabalhista visando lucro.

8- Sociedade política e religiosamente neutra.

A solidariedade necessária, descrita acima,

(...) só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir e poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Esse é o princípio básico (SINGER, 2002, p. 09).

As características ressaltadas acima podem ser encontradas em uma famosa experiência cooperativa que foi a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, fundada em 21 de dezembro de 1844. Com baixo capital inicial, proveniente da colaboração de seus 28 sócios, a experiência cooperativista inglesa se expandiu baseada em uma proposta tanto teórica quanto prática que buscava se contrapor ao capitalismo. Os envolvidos neste processo eram militantes operários *ownistas* ou *cartistas*. A sociedade seguia alguns princípios que passaram a constar da tradição do Movimento Cooperativista (SINGER, 2002; LEITE, 2004, 2012).

São os chamados socialistas utópicos que trazem uma enorme contribuição a esse processo constituinte do movimento cooperativista, destaques importantes são: Robert Owen, Charles Fourier, William King, Louis Blanc e Saint-Simon, bem como Joseph Proudhon pelos anarquistas. Tais pensadores defendiam uma sociedade em que relações sociais e econômicas fossem realizadas de modo a satisfazer as vontades coletivas, sem sofrer influência do capital, ou melhor, do capitalista (BACIC, 2008; SINGER 2002).

Robert Owen, aos nove anos de idade, chegou a trabalhar em uma fábrica, mas aos 19 anos já era diretor de uma tecelagem e, dois anos mais tarde, sócio proprietário de um complexo fabril em *New Lanark*. Em sua empresa decidiu limitar a jornada de trabalho para 10 horas diárias, diante das 17 horas empregadas nas outras empresas, proibiu o emprego de crianças menores de 10 anos, uma vez que crianças com seis/oito anos de idade eram comumente empregadas juntamente com suas mães, e passou a construir escolas para as crianças. Sua empresa, como era de se esperar, elevou a produtividade do trabalho e, ainda assim, comparativamente aos seus contemporâneos proporcionou melhor qualidade de vida aos indivíduos (SINGER, 2003).

Owen era do entendimento de que os empreendimentos respondem ou deveriam responder a uma função social, deste modo os ganhos do que era produzido nas

cooperativas deveriam também ser empregados na transformação das comunidades locais. O desenvolvimento da associação, da cooperativa, assim como o desenvolvimento social da comunidade ou cidade necessita dos recursos gerados por essas atividades para investir na educação, saúde, moradia e avanço tecnológico. (BACIC, 2008).

Assim, Owen apresentou ao governo britânico uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego que buscasse resolver o problema das pessoas e restabelecer o crescimento da atividade econômica, proposta esta que previa uma participação mais ativa por parte do Estado na geração e ampliação de emprego e renda, mais de um século depois elementos de tais assertivas encontram-se presentes nas políticas keynesianas.

Seu diagnóstico foi a óbvia constatação que a crise e a depressão econômica eram causadas por queda na demanda da produção que, àquela época, estava voltada para a indústria de guerra. Essa queda na demanda acabou por gerar um grande desemprego fazendo com que as pessoas buscassem migrar para a indústria têxtil que, porém, não foi capaz de absorver toda a mão-de-obra disponível possibilitando ainda ao capital jogar com o preço da força de trabalho, história essa que nos parece muito atual. Diante de tal situação, a proposta de Owen era a simples revitalização e reinserção dos trabalhadores ociosos na produção permitindo-lhes ganhar um salário para gastá-lo no consumo, o que ampliaria o mercado para outros produtos. Assim, ao invés da simples ajuda para retirar as pessoas da situação de pobreza, Owen propôs que o governo britânico comprasse terras e investisse na construção de Aldeias Cooperativas com cerca de 1.200 pessoas, que trabalhariam na terra e em indústrias produzindo para a própria subsistência trocando os excedentes entre as cooperativas. O raciocínio de Owen mostrava-se coerente e consistente uma vez que, em momentos de crise, se a mão-de-obra estiver desocupada faz cair ainda mais o consumo gerando queda na produção e mais crise. Tal assertiva, com aplicações e modos diferentes, foi utilizada por Keynes 119 anos mais tarde. O governo inglês negou-se a implementar o projeto de Owen que radicalizou sua proposta tornando evidente que seu objetivo maior era, de fato, a eliminação da empresa capitalista. Perdendo seus apoiadores, Owen partiu para os E.U.A e em 1825, no Estado de Indiana, estabeleceu sua Aldeia Cooperativa *New Harmony* permanecendo à sua frente até 1829 quando, desiludido, voltou para a Inglaterra (LEITE, 2007).

Robert Owen partia do pressuposto, compartilhado com muitos outros pensadores de sua época, que a indústria em si é benéfica, pelo simples fato que consegue baratear os bens de consumo, porém, segundo ele, a empresa deveria ser colocada sob o controle dos trabalhadores e os resultados do trabalho deveriam ser colocados em comum, deveriam ser repartidos equanimemente entre os membros da

cooperativa. Durante esse processo, o owenismo foi sempre mais assumido pelos trabalhadores tornando-se um movimento de expressão razoável na Inglaterra e, com o tempo, passou a inspirar o nascente movimento das *trade-unions* (LEITE, 2011).

Marx, por sua vez, analisava esse processo como importante e relevante para as condições de vida dos trabalhadores, mas ressaltava também seus limites e contradições. Embora tenha feito várias intervenções a esse respeito e várias delas encontre-se em correspondências aqui destaca-se parte de seu discurso inaugural no I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864:

Na Inglaterra, os germes do sistema cooperativo foram semeados por Robert Owen; os experimentos operários ensaiados no continente europeu foram, na verdade, os resultados práticos das teorias, não inventadas, mas proclamadas em alta voz, em 1848. Ao mesmo tempo a experiência do período de 1848 e 1864 demonstrou acima de qualquer dúvida, que, por mais excelente em princípio e útil na prática, o trabalho cooperativo, se mantido nos limites estreitos dos esforços casuais dos trabalhadores privados, jamais conseguirá deter o crescimento em progressão geométrica do monopólio, tampouco aliviar minimamente o fardo de suas misérias. (MARX: 1864, apud MUSTO: 2014 p. 98).

Charles Fourier foi a contribuição francesa ao movimento cooperativista. Proveniente de uma família de comerciantes de tecido, sua ideia central era que a sociedade se organizasse de forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. Já Louis Blanc pensava a criação de uma república na qual o Estado, tendo posse dos meios de produção, aparecesse como garantidor da planificação econômica mediante o planejamento anual da atividade e a repartição dos bens segundo quatro princípios: duas partes conservadas na unidade produtiva, para amortizar o capital e um fundo de socorro; outra parte seria subdividida entre os trabalhadores de uma mesma indústria e, enfim outra parte seria consagrada ao fundo de reserva coletivo que assegurasse a assistência mútua entre todas as indústrias (LEITE, 2005).

Brevemente, esses são os elementos essenciais do surgimento do movimento cooperativista que, alguns autores como Singer (2002), chegam a denominar como cooperativismo revolucionário, embora haja inúmeras controvérsias a este respeito uma vez que o período se caracteriza, sobretudo, como um período de reformas sociais e não propriamente de revolução, embora tenha se evidenciado a ligação essencial do Movimento Cooperativista com uma crítica profunda ao capitalismo.

Cabe destacar, porém que, ainda assim, Owen e os chamados socialistas utópicos, tiveram importante participação na formação e organização sindical e na política por meio da elaboração de leis trabalhistas, defendendo a redução da jornada de trabalho e a restrição de mulheres e crianças em fábricas (BACIC, 2008).

Já em relação à Marx, cabe ressaltar que, evidentemente ele acompanhava o movimento real da sociedade e, ao mesmo tempo em que faz a crítica ao movimento cooperativista, como possibilidade de questionamento da ordem estabelecida, compreende que ele também possui um papel importante de ressignificação e, sobretudo, de processo formativo. Tal questão, ou seja, do processo formativo é ressaltada por Singer (1998, 2002) por Gaiger (2009) Laville (2001) e outros.

Com isso ele irá afirmar n' *O Capital* que:

(...) as cooperativas operárias, elas representam, dentro do antigo sistema, a primeira brecha nele aberta, embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, dentro das cooperativas o antagonismo entre o capital e o trabalho encontra-se superado, embora ainda sob a forma imperfeita: como associação, os trabalhadores são o capitalista deles próprios, o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o próprio trabalho (...). Quer as sociedades capitalistas por ações quer as empresas cooperativas são de considerar como formas de transição entre o modo de produção capitalista e sistema de associação, o antagonismo é superado de maneira negativa e, nas segundas, de maneira positiva (Marx, 1988, p. 148)

Tratar-se-ia de demonstrar que a sociedade experimenta e investe em todos os lugares e de todas as formas, nos interstícios deixados pela grande lógica dominante ou em espaços conquistados a despeito da esfera funcional do sistema, visão essa compartilhada por Singer e pela maioria dos autores nacionais.

2.2 Economia Solidária: movimento em construção

Deste modo a Economia Solidária é um movimento em construção. No âmbito da construção social, de acordo com Singer (2002), uma sociedade igualitária e justa entre seus membros deve se basear na cooperação, na associação, em modos de produção solidários, praticamente opostos aos modos de produção capitalista, que se baseiam na competição e na propriedade (contratos).

Nas palavras de Singer:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios

básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. (...) O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p.10).

A distinção entre os fundamentos da Economia Solidária, na visão de Paul Singer, e os princípios neoliberais, referente à presença do Estado, a distribuição de renda e os direitos a propriedade, é clara, reforçando a tese do ressurgimento da Economia Solidária no período de crise neoliberal.

Singer (2002) analisa a Economia Solidária como um modo de produção amplo, que abrange formas distintas de aplicações práticas – Cooperativas de consumo, de crédito, de compra e venda, de produção; Clubes de troca; entre outros – baseadas em uma cultura solidária, onde as pessoas estão convencidas de que a cooperação é o melhor caminho, representando mais que uma alternativa econômica e sim uma forma de sociedade.

Gadotti (1993; 2009) analisa estas aplicações práticas, até mesmo as menores, como parte fundamental da vivência de reorganização do cotidiano, pois contribuem na educação e na sustentação de experiências em que a solidariedade cumpre um papel fundamental.

Em uma visão bem similar da vertente adotada por Singer tem-se a definição de Holloway (2003), “Economia Solidária pode ser entendida como um embrião de uma nova sociedade, como forma típica de um novo modo de produção, antagônico ao modo de produção capitalista”.

Razeto (2002), por sua vez fundamenta a Economia Solidária como um processo organizacional da economia, incorporando solidariedade em todo o processo econômico (produção, distribuição, consumo e acumulação), envolvendo o setor público, setor privado e sociedade civil, formando um conjunto poli centrado de cooperação e mutualismo. Na visão deste autor, a Economia Solidária constitui um processo de uma construção social para uma nova sociedade, pautada na solidariedade.

Em “As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil”¹⁰ Noelle Marie Paule Lechat reforça o ponto de vista de que o ressurgimento da Economia Solidária se dá por parte da necessidade dos trabalhadores de constituir algo novo, que lhes permita uma economia mais próspera: “Mas quero chamar a atenção sobre o fato de que os empreendimentos de economia social surgem geralmente em

¹⁰ Palestra no II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares – UNICAMP – 20/03/2002

cachos, sob o impulso de uma dinâmica sócio-econômica fruto de uma grande crise econômica” (Lévesque, Malo e Girard apud LECHAT, 2002, p.2).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) definiu, em 2006, Economia Solidária como:

(...) um conjunto de atividades econômicas – de produção distribuição, consumo e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (SENAES, 2006, p.11 apud WELLEN, 2008, p. 106).

É possível compreender a Economia Solidária, principalmente através do cooperativismo, como prática alternativa à Economia Capitalista, bem como, entre seus objetivos, o de romper com a divisão clássica do capitalismo entre capital e meios de produção de um lado e trabalho assalariado de outro, oferecendo novas possibilidades de inserção na economia através de recursos pautados na solidariedade. Entre estas diversas possibilidades, o presente trabalho – como já dito anteriormente – tratará em específico da questão da chamada Moeda Social, um mecanismo significativo de atuação econômica dentro das práticas da Economia Solidária.

O conceito de Economia Solidária, ainda hoje, não apresenta uma unanimidade em termos teóricos. Existem estudos e teóricos que a interpretam como forma de transformação social, entendida até mesmo como germes de uma superação do modo de produção capitalista, outras a interpretam como um fenômeno novo com ênfase no seu caráter efêmero e pouco alentador no sentido de configurar-se como uma alternativa de geração de emprego e renda, e há estudos e teóricos que negam sua capacidade de gerar qualquer tipo de transformação social. Vale ressaltar, portanto a importância de compreender o tema no sentido de suas potencialidades e de seus limites e não apenas a partir de uma perspectiva dualista.

Algumas questões são, ainda hoje, tema de debate intenso entre os pesquisadores que se dedicam à Economia Solidária, por exemplo, sua relação com o setor público.

De acordo com os estudos de Ramos e Araújo (2013) pela Universidade Federal de São Carlos (SP) e Universidade Estadual de Montes Claros (MG), existem diversas entidades nacionais que buscam auxiliar o desenvolvimento e fomento da Economia Solidária no Brasil. Dentre elas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisadores sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) merecem destaque devido à união das mesmas para a criação da Agência de

Desenvolvimento Solidário (ADS) que, desde 1999, ajuda a difundir o conhecimento sobre o tema, seu surgimento e afins.

Outro ponto histórico nacional importante, levantado pelos autores, é a representação institucional que a Economia Solidária passa a ter através do Ministério do Trabalho, a partir de 2003, quando é instituída¹¹ a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

De acordo com o artigo escrito por Paul Singer em 2013 “Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)”, a criação da secretaria pelo governo Lula tinha o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico brasileiro e auxiliar na principal pauta do então governo: o Programa Fome Zero. Rapidamente as políticas desta secretaria se tornaram nacionais, para isto foi fundamental o apoio do então criado Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

O objetivo inicial da SENAES pode ser simplificado na pauta de ajudar na organização de trabalhadores desempregados em cooperativas. Após alguns anos, outras atividades passaram a ser desenvolvidas pela Secretaria, como o mapeamento periódico de empreendimentos solidários.

Se em 2003 a SENAES se unia ao Governo Federal para auxiliar no combate a fome, em 2011 o foco passou a ser a erradicação da pobreza extrema no Brasil por meio do Programa Brasil sem Miséria (PBSM).

Na divisão de tarefas para a execução do PBSM entre as repartições dos ministérios coube à Senaes se empenhar na promoção da inclusão produtiva urbana da população de baixa renda, cuja sobrevivência depende fortemente do usufruto do Programa Bolsa Família (PBF). Para levar adiante esta ação, a Senaes resolveu promover o endodesenvolvimento¹² de comunidades vitimadas pela pobreza extrema. (SINGER, 2014, p. 91).

Em paralelo a estes acontecimentos, nos últimos anos desenvolveu-se um sistema de finanças solidárias formado por bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito. A catarse deste movimento pode ser atribuída ao Banco Palmas – Fortaleza/CE – e ao Banco Bem em Vitória/ ES. E como ressalta Singer “Pelo crescente número de instituições de finanças solidárias, pode-se acreditar

¹¹ Com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 no Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

¹² “O endodesenvolvimento se caracteriza pelo fato de ser produzido pela própria comunidade que se beneficia dele. Sendo pobre, a comunidade não tem recursos próprios e tampouco possui bens e valores que poderiam servir de garantia para obter financiamento das fontes bancárias convencionais. Para que o endodesenvolvimento se torne possível, é necessário que a comunidade seja mobilizada e apoiada por agências públicas e este tem sido o papel que a Senaes vem desempenhando.” (SINGER, 2013, p. 92).

que o nó representado pelo insuficiente acesso ao crédito também está sendo desfeito.” (SINGER, 2014, p. 93) ¹³.

No que tange a relação construída entre a Economia Solidária e o Estado, através dos estudos de Pires (2015), não é visto um forte apoio estatal no desenvolvimento inicial das atividades de cunho solidário na economia, ficando a cargo de instituições de ensino¹⁴ assistência às cooperativas de produção, empreendimentos autogestivos, entre outras atividades, já citadas anteriormente, deste cunho nos anos 1990. Os estudos trazem a problematização de que as políticas voltadas a Economia Solidária acabam sendo vistas pelos governantes como políticas assistencialistas e medidas paliativas não atuando na questão estrutural do problema social dos trabalhadores.

A Revista Interdisciplinar de Gestão Social traz, em 2015, em seu estudo: *Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: a Experiência das Conchas em Matarandiba/BA*, um caso brasileiro que exemplifica a utilização momentânea de mecanismos da Economia Solidária para redução de danos sociais. Neste caso, de 1971, a prefeitura de Curitiba estava buscando uma forma de enfrentar os problemas causados pelo crescimento demográfico (resíduos, lixo, etc), e para isso, desenvolveu uma moeda complementar, no início em forma de vale-transporte, que sistematizava a troca de uma sacola de lixo reciclável por um vale-transporte, depois de um tempo as trocas passaram a ser feitas também por materiais escolares e alimentos (RIGO; DE FRANÇA FILHO e LEAL, 2015, p.20). Desta forma, a prefeitura trouxe conscientização para o problema e estimulou a troca, mesmo que de forma bilateral, e buscou formas alternativas de solucionar o problema.

Outro mecanismo da Economia Solidária que apresentou forte relação estatal foram os clubes de troca, na Argentina. Os estudos de Soares (2006) apontam que, em 2002, impulsionados pela forte crise financeira, os clubes de troca chegaram a atingir 2,5 milhões de participantes, contudo, a experiência não obteve grandes resultados no longo prazo.

Chegaram a ser redigidos e enviados quatro projetos de lei visando à legalização/padronização do trueque – como são popularmente conhecidos os clubes de troca na Argentina. Entretanto, em poucos meses, o movimento ruiu estrondosamente, sendo alguns em função do enorme número de emissões descontroladas e falsificações de bônus, segundo outros em função do próprio crescimento

¹³ Os dados trazidos por Singer em 2013 apontavam 1.003 bancos comunitários espalhados pelo Brasil.

¹⁴ O estudo traz exemplos como a UNITRABALHO (grupo de reitores que buscavam fomentar pesquisas de cunho trabalhista); as Incubadoras Tecnológicas Universitárias (visava auxiliar o desenvolvimentos de associações e cooperativas) e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

descontrolado, inflacionado pela crise, pelo desespero e a necessidade mais básica, além da adoção de procedimentos despegados dos princípios originais, como a venda de bônus. Também o comportamento pouco escrupuloso de alguns promotores que teriam se aproveitado do clima de crise para de locupletar é por vezes citado. (SOARES, 2006, p. 144).

De forma sucinta, estes dois exemplos ilustram o apoio que os mecanismos da Economia Solidária podem apresentar para o Estado no que diz respeito à possibilidade de se trabalhar desafios sociais com outro olhar. Contudo, é cabível a compreensão de que esta relação, assim como a Economia Solidária, ainda encontra-se em formação, tanto histórica quanto cultural, uma vez que é necessário romper com estruturas e medidas já impostas e estabelecidas, o que significa um caminho árduo para os governantes que escolham se pautar nesses ideais.

3. MOEDA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL

3.1 Moeda Nacional e moeda corrente

Dentro do escopo do presente trabalho, faz-se importante à contextualização da Moeda Social¹⁵ em paralelo ao entendimento da moeda corrente/moeda nacional. Isto porque se buscará compreender qual o diferencial social e econômico da primeira em relação à segunda. Assim, faz-se necessárias algumas considerações acerca da moeda nacional explorando, brevemente, seus objetivos e funções a fim de estabelecer alguns elementos para que se possa proceder a uma descrição útil para comparação.

Pode-se “definir moeda como qualquer bem ou instrumento que, aceito por uma coletividade, serve como intermediário de trocas e constitui uma unidade de conta e representa reserva de valor” (OLIVEIRA, 2012, p.12).

Contudo, uma vez que para o objetivo deste trabalho é mais relevante compreender a face simbólica do dinheiro e como esta interage com a definição de moeda social, não é necessário um aprofundamento teórico acerca do surgimento da moeda corrente ou das diversas interpretações sobre seu contexto histórico, o importante para este estudo é assumir a moeda como uma instituição social.

Nos estudos de Búrigo (2001), a moeda é compreendida como uma instituição social que se apresenta como componente central da acumulação capitalista, através das seguintes funções:

- 1- Equivalente Geral – Pode ser trocado por qualquer mercadoria;
- 2- Medida de valor – Todos os bens e serviços em circulação num território podem ser medidos em dinheiro;
- 3- Instrumento da circulação das mercadorias – Permite que as trocas de mercadorias possam ser indiretas;
- 4- Meio de pagamento – Forma de operacionalizar o sistema de crédito;
- 5- Reserva de valor – Através da poupança o dinheiro serve para dar origem à acumulação, bem como viabilizar investimentos. Essa função também permite que o poder de compra seja preservado ao

¹⁵ Por questões de formalização de definições é importante ressaltar que, para o presente trabalho, foi utilizada de maneira indiferente os termos moeda e dinheiro, assumindo a mesma descrição presente na referência base para este tema (SOARES, 2006, p.96): “o dinheiro normalmente é reconhecido através das funções que é capaz de cumprir. Enquanto a moeda esta ligada a forma que o dinheiro toma no exercício das referidas funções, entretanto o usual é referir-se a ambos de maneira indiferente”.

longo do tempo.

(Cedac¹⁶, 1981 apud BÚRIGO, 2001 p. 3 e 4).

Estas características, vistas com frequência em descrições econômicas sobre a moeda corrente, são abrangentes do ponto de vista técnico e expõem a realidade prática da moeda como mecanismo econômico¹⁷. Porém, do ponto de vista deste trabalho, as maiores contribuições do estudo, tanto de Búrigo (2001) quanto de Soares (2006), está no que se refere à aplicação da teoria de que a moeda pode assumir outras características que vão além do prisma técnico-econômico.

(...) e o dinheiro, mesmo na sociedade moderna, é por um lado, mais que um símbolo de poder de compra e, por outro, reflexo de complexas relações sociais definidas para além da esfera econômica da vida que se materializa, por assim dizer, através dos bancos e das finanças públicas. (SOARES, 2006, p.111).

Ao citar Aglietta e Órleans, Soares traz elementos para o debate, pois para ela:

(...) retomar o substrato social da troca implica, para Aglietta e Órleans, pensar em termos de uma teoria da moeda (monetária), em que a sociedade seja vista como uma estrutura hierárquica, tendo a relação monetária (a relação instituinte da coesão social) no topo da organização e o preço como sendo percebido enquanto resultado do efeito da atração do dinheiro sobre as atividades produtivas. (SOARES, 2006, p. 77).

Analisando por esta ótica, a moeda passa a representar muito mais do que um objeto com funções econômicas definidas, tornando-se uma representação da (e na) sociedade vigente. Ou seja, a perspectiva da moeda como uma instituição social cria um panorama de que a sociedade e o dinheiro interagem de forma profunda, ultrapassando o conceito de moeda como algo técnico-funcional, exógeno a sociedade. “Aceitar essa perspectiva significa trabalhar sob a hipótese de que diferentes formas de dinheiro/moeda são construídas em diferentes momentos sócio-econômicos – e em simultâneo os constroem” (SOARES, 2006, p.114).

A partir desta perspectiva de relação intensa entre moeda e sociedade, para Soares (2006, p. 115): “reforça-se a tese de que a moeda é mais que um símbolo. É parte atuante do sistema, e a forma como se apresenta em cada época compõe os mecanismos de transformação e manutenção dele”.

Sendo a moeda corrente uma representação tão forte na economia capitalista, e isso não é diferente na sociedade contemporânea, inclusive vista como uma instituição

¹⁶ Centro de Ação Comunitária, no livro: O dinheiro. A formação do capital de 1981.

¹⁷ A teoria da Economia Monetária descreve três funções para a moeda: Meio de pagamento, Unidade de Conta e Reserva de Valor, para mais detalhes sobre estes aspectos da economia monetária ver: Lopes e Rossetti 9.ed (2005).

social e assimilada como um importante símbolo de construção da sociedade é compreensível um estudo que busque analisar de que forma a Moeda Social constitui tais elementos para a Economia Solidária. Ou seja, como este tipo de moeda interage com a sociedade vigente, uma vez que atua em um circuito econômico que pretende ser diverso do modo de produção capitalista.

Busca-se compreender se a moeda social esta para a economia solidária, assim como a moeda corrente esta para a economia capitalista. Isto é, ela também é capaz de ser vista como uma instituição social e integrante do meio econômico capaz de tornar, mesmo que de forma modesta, a Economia Solidária mais presente na sociedade atual?

3.2 Moedas Alternativas e Paralelas

Uma vez compreendidos os significados práticos e simbólicos que o dinheiro representa na sociedade contemporânea, veremos algumas das diversas manifestações possíveis que os mesmos já apresentaram ao longo dos anos.

Buscando complementar a análise central deste trabalho tratar-se-á de outros dois tipos de moedas presentes no capitalismo atual (e com histórico passível de ser acessado), as quais se aproximam à prática da moeda social: as moedas alternativas e paralelas.

Pautadas na ideia de que a moeda perde o seu valor de troca com o passar do tempo, ou seja, a poupança desestimula a troca de bens e gera concentração monetária, surgiram práticas de moedas alternativas à moeda nacional, com o intuito de, dentre outros objetivos, criar uma forma alternativa ao circuito de troca capitalista visando à inserção dos excluídos na economia, esta aplicação de moeda é trazida por Búrigo (2001) através de alguns exemplos vistos desde os anos 1930, em países como Alemanha, Áustria, Estados Unidos, Canadá, entre outros, as moedas alternativas são parte presente da teoria econômica e social sobre o estudo de outras formas de se produzir e trocar na economia contemporânea.

O primeiro caso trazido pelo autor se passa na Alemanha, nos anos de 1930, período em que o país encontrava-se mergulhado em uma profunda crise econômica e social, quando alguns funcionários de uma mina de carvão foram remunerados não através da moeda oficial, mas de um bônus oferecido pelo proprietário – chamado de “Wara”, cujo significado remete a “mercado”. O ciclo econômico em volta deste bônus passa a ter sucesso, uma vez que a moeda oficial da cidade estava com oferta em baixa,

fazendo com que os comerciantes e fornecedores aceitassem o bônus como pagamento, e o mesmo circulasse fortemente na economia local, chegando a atingir 2000 empresas no auge do circuito¹⁸.

Em 1932 tem-se uma experiência de moeda alternativa em uma pequena comunidade na Áustria, chamada Worgl, que apresentava 35% de seus 4.300 habitantes desempregados. Como uma forma de aquecer a economia a prefeitura passou a imprimir “bilhetes bancários especiais”, os quais possuíam taxas de juros negativas, estimulando a troca. Búrigo (2001) afirma que após dois anos desta prática a comunidade apresentava níveis de pleno emprego e melhoras na infraestrutura¹⁹.

Outro exemplo de moeda alternativa é o chamado *Lets* (Local Exchange system). O *Lets* tem origem nos anos 1980, com Michael Linton, na cidade de Vancouver, no Canadá. Com o objetivo de suprir a falta de poder aquisitivo da população – reflexo das políticas monetárias restritivas combatentes à recessão econômica da época – através de um clube de troca, onde a moeda nacional cede lugar a uma moeda própria.

Podendo ter foco social (priorizando mercados comunitários e produtores autônomos) ou foco no desenvolvimento do clube (comercializando também com empresas, através da moeda comunitária), o ponto convergente dos quase 20 *Lets* presentes do Canadá entre 1983 e 1988 (LAACHER, 2000, apud, BÚRIGO, 2001) está no fato de não se obter lucro através de juros nas transações, e as mesmas devem ser acordadas diretamente entre as duas partes, bem como as contas de todos os integrantes são públicas, disponíveis a verificação de todos.

Existem outros exemplos de moedas alternativas à moeda corrente inspiradas nos ideais e práticas dos *Lets*²⁰, como, por exemplo, a SEL, experiência francesa, trazendo a ideia de que é possível que existam moedas circulantes em pontos/momentos estratégicos da economia, sendo um mecanismo alternativo e não concorrente à moeda nacional.

Búrigo (2001) traz, em meio a estas definições e exemplos, um ponto importantíssimo quando analisa o fim de algumas moedas alternativas “não por serem inviáveis tecnicamente, mas por pressupor uma forte política de descentralização e

¹⁸ Devido ao grande número de adeptos, o Banco Central Alemão vedou a circulação da “Wara”, reforçando ser o único responsável pela emissão monetária.

¹⁹ O sucesso deste caso influenciou outras comunidades, segundo Búrigo, mais de 200. Levando o Banco Central austríaco, respaldado pela Corte Suprema, a forçar a interdição deste sistema.

²⁰ Houve um esforço por trazer outros exemplos inspirados na mesma, bem como entender a situação atual dos Lets, contudo não foram encontradas referências.

enfraquecimento do governo federal” (BÚRIGO, 2001, p. 6).

Reforçando a versatilidade da moeda, Soares (2006 p. 129) define as moedas paralelas como moedas capazes de substituir o uso da moeda nacional em situações específicas, como unidade de cobrança e meio de pagamento. Porém, é importante ressaltar que são unidades de cobrança diferentes das unidades de cobrança nacionais. De forma grosseira, é estabelecida pela autora como: “qualquer instrumento utilizado como meio de pagamento e no estabelecimento de contratos, que não a moeda nacional.”.

Citando o estudo de Jérôme Blanc:

Unidades de cobrança diferentes das unidades de cobrança nacional, ou também como meio de pagamentos que diferem dos meios nacionais, mas que dispõem de um poder de libertação legal, que dispõem de uma garantia de convertibilidade com a moeda central e que não são emitidas sob um certo controle da autoridade monetária nacional. (BLANC, s/d apud BÚRIGO, 2001 p.8).

Este tipo de moeda se destaca como um meio complementar a moeda nacional e não em competição com a mesma, estando sempre à margem, ou utilizadas em situações específicas e por grupos específicos.

São exemplos de moedas paralelas:

- Moedas estrangeiras, quando derivadas de uma coletividade territorial;
- Escambos de mercadorias e serviços (a cobrança pode até ser informal), produtos agrícolas são um exemplo;
- Milhagens de passagens aéreas, pontos, tickets ou qualquer outra forma “monetária” de se bonificar o cliente, advindo de uma empresa ou órgão administrativo.

Estes pontos apenas ilustram as alternativas relacionadas ao dinheiro presentes hoje na economia contemporânea.

Como dito no início deste trabalho, o capitalismo globalizado, ao mesmo tempo em que permite essa pluralidade de formas de se trocar e movimentar o dinheiro dificulta a diluição dos mesmos. Este ponto é visto também no estudo de Soares:

(...) pode-se concluir que da interação entre o mercado, o comércio e o dinheiro surgiram diversos arranjos econômicos que apesar de serem qualitativamente indistintos, são muito díspares entre si e respondem a sistemas e valores sociais diferentes. E mais, que mesmo em vigência de valores da sociedade de mercado a moeda apareceu como uma instituição mais moldada por objetivos de cunho político e ideológico do que estritamente econômico. (SOARES, 2006, p.133).

Deste modo evidencia-se que existe uma gama de casos de moedas existentes que não a moeda nacional e, muitas vezes, terão experiências, objetivos e até características semelhantes umas as outras.

Partindo das leituras feitas para a construção deste trabalho é compreensível que as moedas alternativas, paralelas e sociais acabem, mesmo que apenas por um momento, se combinando ou até se confundindo entre si, mas mais importante que distingui-las é aceitar que elas existem de forma prática e colaboram para uma economia mais plural.

Contudo, mesmo que a diferenciação entre as moedas alternativas e as moedas sociais não seja o foco do trabalho, é oportuna uma breve distinção. As moedas paralelas são utilizadas em situações pontuais, desempenhando uma função momentânea dentro de um determinado contexto, não necessariamente desencadeando outros mecanismos econômicos ou sociais, restringindo seu benefício aquele momento/troca específica. Por outro lado, as moedas alternativas buscam criar ações de médio/longo prazo, visando mais que um benefício individual ou momentâneo e criando um ambiente mais próspero e inclusivo do ponto de vista monetário.

Embora as referências trazidas neste trabalho não cite outras moedas que não as já citadas (moeda corrente, moeda alternativa, moeda paralela e moeda social), é importante salientar a existência de outras experiências similares, bem como descrições e classificações distintas as trazidas até então.

4. MOEDA SOCIAL: instrumento da Economia Solidária

Existe, no Brasil e no mundo, uma gama de exemplos de moedas sociais, tais como: Palma, utilizada pelo Banco Palmas em Fortaleza/CE; Sol, utilizada pelo Banco Tupinambá em Belém/PA²¹; Maracanã, pelo Banco Pirajuçara em Maracanaú/CE, entre outras, que se originaram em contextos distintos, não cabendo a este estudo adentrar na questão específica das origens deste mecanismo. Contudo, é relevante entendermos as causas mais gerais de seu aparecimento para que se possa relacioná-la com a Economia Solidária e, posteriormente, debater sua definição de forma mais específica.

Búrigo (2001) tenta traçar justificativas para o aparecimento da Moeda Social, as mais relevantes se encontram no tocante a hegemonia das políticas neoliberais, que resultam em desemprego, recessão e redução das políticas de bem estar, aumento da miséria nos países periféricos e bolsões de pobreza nos países centrais; e nos riscos advindos da volatilidade presente nos circuitos financeiros globalizados (especulação). Em suma, são as mesmas causas do ressurgimento da Economia Solidária em si, sintetizando a ideia da moeda social como um exemplo prático de atuação dessa alternativa econômica.

Em uma abordagem mais institucional, a moeda social é descrita, pelo Banco Central do Brasil, em 2009, como:

Tecnologia de autofinanciamento: um instrumento de natureza e estrutura contratual, com potencial para resolver ou atenuar o problema do ‘desencaixe’ entre disponibilidade de capital (recursos disponíveis) e necessidades não atendidas.

Classificando a moeda social como “um meio alternativo para viabilizar o acesso aos direitos econômicos e sociais” abordando este instrumento como:

Criados e administrados pelos usuários, por meio de organizações sem fins lucrativos, com fundamento em relações econômicas de cooperação e solidariedade dos participantes de determinadas comunidades, independentemente do exercício de qualquer forma de intermediação financeira. (Banco Central, 2009)

Desta forma, o Banco Central (2009) descreve as moedas sociais como: sistemas criados e administrados por grupos sociais com o objetivo de realizar transmissão de obrigação (pagamentos, trocas, etc) entre os membros de uma determinada comunidade e, assim como qualquer outra atividade, sujeitam-se a limitações normativas, para

²¹ <http://bancotupinamba.blogspot.com.br>

garantir que as mesmas não afetem o poder dos bancos centrais de controlar a quantidade de moeda e crédito, não ameaçando o papel dos bancos centrais em relação aos sistemas de pagamento e assim garantindo a estabilidade do sistema financeiro.

Dentro das descrições acerca de moedas sociais dadas acima, é possível apontar que a mesma não se encontra muito distante da moeda corrente nacional, apresentando inclusive algumas funções básicas da moeda corrente no que se refere a sua utilização como meio de troca. Por isso, o presente trabalho concentrar-se-á no aspecto simbólico apresentado por esse mecanismo, contemplado pela teoria de Búriço (2001) quando, baseando-se em Dodd (1997), explana a ideia de que o dinheiro traz consigo uma forte simbologia de poder, indo além do objeto material.

Em uma caracterização ampla, Soares (2006), ante uma análise multidisciplinar sobre a moeda social e suas potencialidades, assume que as moedas sociais são criadas e administradas de forma direta, ou seja, por seus usuários, que aderem a esta prática de forma voluntária e baseiam-se na confiança, visto que a mesma não possuiu vínculo obrigatório com a moeda nacional.

Os criadores e a maioria dos participantes dessa experiência a assumem como um exercício de vontade, reflexo de uma busca por recolocar a economia a serviço das finalidades sociais e reintegrando seus valores à esfera sociocultural. Portanto, ela deve ser percebida como uma instituição com um caráter assumidamente normativo, da qual participa quem congrega dos mesmos valores. (SOARES 2006, p.135).

A autora reconhece que cada caso de moeda social é único em suas particularidades, o que dificulta uma abordagem descritiva mais sucinta, entretanto, a autora descreve algumas características, consideradas por ela imutáveis, no uso deste mecanismo como, por exemplo, a gestão democrática e contínua, resultando em confiança na capacidade de “meio de troca” da moeda social utilizada, sendo o ato da “troca” sua ação mais útil, visando facilitar a produção e a circulação de mercadorias, não funcionando para fins como a especulação ou qualquer outra forma de lucro estéril.

A confiança estabelecida no grupo que utiliza a Moeda Social é fundamental para seu bom funcionamento, por duas vias: a primeira diz respeito ao alcance da moeda, uma vez que a sua aceitação como meio de troca vai até onde a confiança entre os usuários alcança²², já a segunda se refere ao fato de ser uma moeda com emissão

²² Em casos de grupos pequenos a confiança é mais forte e homogênea, porém a variedade de itens disponíveis para troca é pequena, o que não ocorre no caso de grupos maiores, porém, neste caso, a confiança é mais difícil de ser estabelecida entre todos os membros podendo ser necessário o uso de mecanismos jurídicos como acordos e/ou regulamentos.

descentralizada, por meio de múltiplos polos emissores, como ressalta Soares:

(...) nesse caso não existirá a retaguarda do Estado ou de qualquer outra instituição fora do próprio clube/grupo para fazer valer os princípios e compromissos assumidos, só a confiança (ou a coerção social) poderá atuar em prol da continuidade das relações estabelecidas. (SOARES 2006, p.137).

É importante ressaltar que, independente da forma que ela esteja inserida na economia (clubes de troca, bancos comunitários, etc)²³, a Moeda Social sempre terá sua emissão no setor privado da economia, através de uma pessoa, ou um grupo delas, que organizará sua emissão e administrará sua participação na economia.

O vínculo com a moeda nacional não é necessariamente obrigatório, como a sua circulação e existência são baseadas fortemente na confiança mútua entre usuário e emissor (partindo da adesão voluntária), esta e outras características pontuais podem variar de acordo com cada experiência de moeda social, ou seja, são moldadas de acordo com os princípios de cada grupo emissor/administrador da moeda.

Considero este ponto de extrema importância no processo de compreender de maneira completa e profunda o papel da moeda social no contexto socioeconômico que ela se insere. Uma vez que, quando se sai da abordagem “padrão” de descrição da moeda social e adentra-se em seu desenvolvimento prático, sua construção, o que se observa é quase uma “ação do imaginário” acerca do desenvolvimento social, representando o desejo de uma pessoa/grupo de pessoas de colocar a economia a serviço da inclusão social, o que se dá através da inserção do trabalhador no mercado de trabalho ou no circuito de consumo. Ou seja, um grupo sentindo a opressão do sistema (afetando a produção, o trabalho, as formas de trocas, a remuneração, etc), se une em um propósito quase utópico, no desejo de criar um mecanismo que torne, mesmo que em pequena escala, o sistema econômico mais solidário²⁴, como poder ser visto também no estudo de Soares:

A utilização da moeda social parece sugerir um enorme laboratório social, onde como derivado dos ensaios, resultam, além de algumas novas tecnologias sociais, também experimentação de alternativas. São vivências, aprendizados e desfrute de exemplos de outras formas de levar à vida, de outras maneiras de organizar a divisão social de poder, de organizar o trabalho e implementar as responsabilidades que podem resultar em uma maior aproximação com a vivência da autonomia pessoal e coletiva. (SOARES, 2006, p.157).

²³ Maior atenção as suas aplicações será dada a seguir, em estudos de caso mais específicos.

²⁴ É muito clara a semelhança simbólica dos valores da moeda social aos da economia solidária, aproximando os conceitos.

O grupo responsável por gerir (criar, emitir, organizar, desenvolver, divulgar, acompanhar, mensurar, entre outras funções) o uso da moeda social, bem como de qualquer outra atividade no âmbito da economia solidária, precisa estar acima de tudo, conectado o suficiente ao ponto de permitir que todos compactuem com a ideia de libertação da alienação gerada pela inserção no modo de produção capitalista, possibilitando que valores organizacionais distintos sejam postos em prática, como exemplo principal tem-se a prática de participação igualitária de todos os membros nos processos decisórios de aplicação da moeda.

Neste contexto de criação/emissão da Moeda Social pelo seu grupo autogerido, as vivências e valores dos membros são de suma importância. Por se tratar de um mecanismo paralelo à moeda nacional, mas mais pessoal, os princípios e objetivos das pessoas inseridas na construção e manutenção desta alternativa – tanto econômica quanto social – são cruciais²⁵.

Os estudos de Soares (2006) descrevem a importância do alinhamento de princípios dentro do grupo, alguns dos princípios trazidos por ela são:

- Democracia participativa – o grupo administrador da moeda deve permitir atuação democrática aos membros, no que se refere às decisões que impactem a moeda social em questão;
- Continuidade – apenas partindo do princípio de que a aplicação deste mecanismo terá segmento é que permite estabelecer fonte para a confiança;
- Confiança – o nível de confiança dos usuários no grupo gerador da moeda social é que traçará os limites da aplicação da mesma. Como já dito anteriormente, quanto mais forte o vínculo e a crença mútua entre os usuários e os administradores, mais forte o poder de atuação da moeda social dentro daquele território;
- Fortalecimento da produção – deve ser um mecanismo de troca, tendo a atividade econômica como provedora de bem-estar e não como geradora de especulação ou outras formas de lucro estéril.

No que tange a união do grupo gestor e usuário da moeda social é cabível uma breve explanação dos benefícios advindos de manter a moeda no âmbito local.

²⁵ A questão da vivência, da solidariedade e do “lado pessoal” inserido na gestão é, a meu ver, o que mais difere a moeda social de qualquer outra forma de moeda paralela ou alternativa descrita anteriormente - ou até mesmo de novas formas de remuneração, como as experiências digitais recentes (Bitcoins e carteiras digitais anônimas) – é o que a torna única.

Sintetizados pelo Banco Central, em 2009, temos como desencadeamentos positivos:

- O “circuito fechado” acaba beneficiando primeiro as pessoas da economia local;
- A organização/reorganização da produção, circulação, distribuição e consumo geradas localmente pela moeda social acaba direcionando recursos subutilizados para atender às necessidades locais que não são atendidas;
- A Moeda Social proporciona o aumento de transações realizadas no âmbito da economia real dentro daquela localidade, representando a criação de riqueza a partir de recursos que se encontram disponíveis na economia real, gerando redistribuição de recursos.

Estes pontos constroem a imagem de um mecanismo de troca amplo que possui, assim como a moeda nacional para a economia contemporânea, uma simbologia muito forte para a Economia Solidária. Isto porque, em suma, é a crença e a prática do grupo nos princípios citados que levarão a uma possível transformação econômica, permitindo maior inclusão social do trabalhador, fortalecendo o lado real da economia e priorizando a utilização da moeda como meio de troca à reserva de valor.

É possível indicar que esse recurso da Economia Solidária busca favorecer a lógica da produção à reprodução do capital; as necessidades humanas ao imaterial financeiro. Em suma, significa dizer que a moeda social busca encorajar o lado real da economia, partindo do princípio de que o circuito atual da economia moderna exacerbou a função de reserva de valor da moeda nacional (Soares, 2006).

4.1 Moeda Social e poder público

No Fórum do Banco Central sobre Inclusão Financeira, em 2009, o mesmo sugere que o Sistema Nacional de Finanças Solidárias deve ser visto como parte do Sistema Financeiro Nacional “estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade (...)”.

Dessa forma, o Bacen defende que as políticas financeiras de cunho social ou de inclusão financeira “devem ser estruturadas, viabilizadas e executadas em conjunto pelos agentes econômicos (governos, reguladores e bancos) e representantes da sociedade civil (consumidores) de forma sustentável”.

O principal ponto defendido neste Fórum se refere à discrepância existente entre

as quantidades ofertadas e demandadas nos agregados monetários, gerando necessidades não atendidas, que passam a ser atendidas ou reduzidas com mecanismos como a moeda social.

Em relação ao setor público, de modo geral, a Economia Solidária, a partir da criação da SENAES, contou com uma atuação mais direta do Estado, embora isso esteja enfraquecido no momento presente. A SENAES esteve voltada, de fato, aos interesses da Economia Solidária incentivando e promovendo ações que ajudaram a criar uma política de geração de renda, elaborar e desenvolver políticas públicas para o fomento e o apoio técnico aos empreendimentos para aquisição de meios de produção e para qualificação dos seus trabalhadores, como também auxiliar a circulação e a distribuição de seus produtos referente à comercialização e consumo.

4.2 Moeda Social e bancos comunitários

Um artigo publicado em 2009, dos autores João Joaquim de Melo Neto Segundo e Sandra Magalhães, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) descreve a moeda social em sua função como circulante local de um banco comunitário²⁶. A mesma é descrita como

(...) complementar à moeda nacional, o real, e objetiva fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, promovendo a circulação da riqueza na comunidade, gerando localmente trabalho e renda²⁷ (SEGUNDO, MAGALHÃES, 2009, p.4).

No referente artigo, fica evidente que a finalidade dos bancos comunitários é: através do crédito/microcrédito – muitas vezes oferecido exclusivamente em moeda social aos seus associados – financiar a parte da população que é marginalizada pelo sistema financeiro tradicional, os mais pobres. Exemplificando uma das formas de atuação da moeda social como instrumento de inclusão social e humanização do sistema econômico.

Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, por meio do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, com base no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos

²⁶ “Bancos comunitários são servidões financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo de é de promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo (...)” – Descrição dada por João Joaquim de Melo Neto Segundo e Sandra Magalhães, no mesmo artigo citado no texto.

²⁷ Nem todo crédito concedido em Bancos comunitários se dá através de moedas sociais e, quando se dão, a mesma deve ter lastro em moeda nacional

âmbitos, tais como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias) e organizações de consumidores. (SEGUNDO, MAGALHÃES, 2009, p.23).

4.3 Clubes de Troca

A organização Casa da Cidadania²⁸ refere-se aos clubes de troca como aqueles que estabelecem uma rede, de adesão voluntária, entre um grupo de pessoas que buscam constituir um canal para trocas de forma indireta, estável, organizada e permanente.

Este grupo de pessoas não precisa necessariamente se conhecer e as trocas podem utilizar moeda social, ou não. Como pode ser visto no trecho da descrição presente no site²⁹:

A moeda serve somente para estruturar e dar mais força a troca permitindo que esta possa ser indireta, ou seja: Por coisas de valores diferentes. Em momentos diferentes, e não necessariamente entre as mesmas pessoas, permitindo triangulações que não poderiam acontecer sem a existência de uma moeda local.

“Nos clubes, a moeda social é uma unidade de medida que favorece as trocas solidárias e os pagamentos, mas não vira reserva de valor, pois não gera mais dinheiro através da aplicação de taxas de juros” (Búrigo, 2001).

Singer (1999), apud Búrigo (2001), destaca a importância de criar, dentro dos clubes, mecanismos que reduzam a competição interna visando o crescimento solidário de seus membros, e somente quando possuírem este perfil poderão ser enquadrados dentro do escopo dos empreendimentos de economia solidária, *estabelecendo novas relações sociais de produção*.

Ou seja, este tipo de aplicação da moeda social, assim como o exemplo anterior, deve trabalhar na lógica da economia horizontal e possuir sua administração compartilhada entre o grupo de pessoas participante do clube.

²⁸ Fundada em 1999, a Associação da Casa da Cidadania tem o objetivo de gerar atividades que fomentem a cooperação, a solidariedade e a participação cidadã. Isto através de diversas ações como, por exemplo: fóruns e debates com entidades parceiras (16 citadas no site), voluntariado, etc.

²⁹ Ver: (<www.casadacidadania.org.br>)

4.4 Comparação moeda social e moeda nacional

Quadro I – Resumo: moeda social, moeda nacional e padrão de desenvolvimento.

	MOEDA SOCIAL	MOEDA NACIONAL/CONTEMPORÂNEA
Emissão	<ul style="list-style-type: none"> • Descentralizada • Coordenada pelos usuários 	<ul style="list-style-type: none"> • Centralizada • Coordenada pelos eminentes (Estado e bancos privados)
Funções¹	<ul style="list-style-type: none"> • Meio de pagamento • Meio de Troca • Reserva de valor 	<ul style="list-style-type: none"> • Reserva de valor • Meio de pagamento • Meio de troca
Usos Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar intercâmbios • Instrumentos do desenvolvimento • Instrumento de cooperação 	<ul style="list-style-type: none"> • Reter valor • Instrumento de acumulação de capital • Instrumento de concorrência
Usos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Recentralizar a economia no homem • Estar acessível a todos que precisem • Ser um instrumento de maior liberdade e exercício de autonomia 	<ul style="list-style-type: none"> • Centralizar a e potencializar poder • Ser instrumento da hegemonia dos fins econômicos • Ser instrumento de exclusão social
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Participativa • Autônoma 	<ul style="list-style-type: none"> • Delegada • Heterônoma
Base para Aceitação	<ul style="list-style-type: none"> • Confiança mútua • Continuidade • Utilidade/necessidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Confiança intermediada pelo Estado • Continuidade • Valorização via escassez administrada
Padrão de Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Integral em construção contínua. Precisa ser discutido porque não tem mecanismos autoperpétuos. Chega a ser cansativo em sua necessidade de participação integral dos membros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Economicista e teleológico, em direção ao crescimento das quantidades exploradas/incorporadas, porque a dinâmica dos juros compostos exige a concorrência via quantidades.

Notas: (1) Aparecem em ordem de relevância.

Fonte: SOARES, 2006, p.164.

Este quadro comparativo elaborado por Soares sintetiza bem as características de ambos os mecanismos financeiros e traz algumas das semelhanças entre os mecanismos

como o fato de ambas as moedas terem sua emissão centralizada de alguma forma³⁰, a continuidade e a confiança acabam sendo base para a aceitação de suas funções que, de forma geral, são as mesmas, alterando apenas a relevância das mesmas, o que abre espaço para o início do debate sobre as divergências, uma vez que a moeda social prioriza a função de meio de pagamento e a moeda nacional busca, primeiramente, ser reserva de valor.

Enquanto os objetivos econômicos da moeda social se focam nas trocas, visando cooperação e desenvolvimento integral através de sua atuação como um mecanismo que proporciona autonomia econômica; a moeda nacional é utilizada como um instrumento de concorrência e acumulação, sendo símbolo da exclusão social.

Através desta comparação é possível compreender um pouco mais o que é a moeda social, quais seus objetivos e funções e qual sua importância simbólica na luta de uma economia mais inclusiva e justa para o trabalhador.

No próximo tópico trataremos da aplicação prática de uma Moeda Social, buscando exemplificar e concretizar algumas das características aqui trazidas.

³⁰ A moeda social coordenada pelos seus usuários e a moeda nacional coordenada pelo Estado e bancos privados.

5. BANCO COMUNITÁRIO UNIÃO SAMPAIO

Buscando casos concretos e efetivos de Moedas Sociais, com o objetivo de tornar tangível a análise da vivência da solidariedade na economia através da Moeda Social, será descrita a moeda “\$ampaio”, pertencente ao Banco União Sampaio; percorrendo, mesmo que de forma breve, sua caracterização geográfica, histórica e seu panorama atual; descrevendo sua estrutura organizacional e o papel da moeda social nas ações desenvolvidas pelo Banco.

As informações analisadas baseiam-se em dados da Prefeitura de São Paulo, no que se refere ao bairro e formação histórica do local. No que se refere aos dados do Banco União Sampaio e da Moeda \$ampaio em si, o presente trabalho se pautou em dados e informações trazidas no *site* do Banco e Associações envolvidas e em dados e entrevistas advindas do estudo de caso feito, em 2014, por Luciana Raimundo, para seu estudo de pós-graduação em Sociologia Política, pela Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado: “Finanças solidárias e a luta contra hegemônica: um estudo de caso do Banco União Sampaio e da agência popular Solano Trindade”.

Inserido na zona sul da cidade mais populosa do Brasil³¹, o Banco União Sampaio se localiza no complexo da subprefeitura do Campo Limpo, São Paulo – SP; a qual é formada pelos distritos: Capão Redondo, Vila Andrade e Campo Limpo.

Em termos populacionais, de acordo com o site da prefeitura de São Paulo³², o distrito do Campo Limpo, apresenta 35% da população da subprefeitura, sendo (em 2010) 211.361 habitantes, dispersos em 12,8 km² - representando uma densidade demográfica de 16.513 habitantes por km². A descrição destes dados é importante, pois ilustra a realidade da população presente na região, a qual convive com problemas típicos das periferias de São Paulo.

Descrições advindas do estudo de caso feito em 2014 por Luciana Raimundo, assim como informações contidas no site da Prefeitura de São Paulo, apresentam a formação do bairro Jardim Sampaio, assim como o distrito do Campo Limpo, entre os anos de 1940 e 1950, através de chácaras e olarias, dos trabalhadores migrantes para aquela região. Contudo, o distrito do Campo Limpo se expandiu vertiginosamente apenas entre os anos de 1970 e 1980, urbanizando-se de forma desordenada e

³¹ Segundo dados do IBGE 2017, estima-se que a cidade de São Paulo possua 12,1 milhões de habitantes, caracterizando-se assim a cidade mais populosa do Brasil.

³² www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/subprefeituras/dados_demograficos

desamparada dos órgãos públicos, se tornando uma região desprovida de planejamento urbano.

Dentre os problemas enfrentados pela população local, a autora capta em suas entrevistas, principalmente, questões relacionadas à segurança (altos índices de homicídios); deficiência no transporte público, que liga a região a bairros centrais (desencadeando diversas outras dificuldades relacionadas ao mercado de trabalho); insuficiência de creches e ausência de faculdades e instituições de ensino superior; carências no sistema único de saúde; entre outros problemas.

A autora traz dados da Serasa Experian³³ e de um estudo social feito por uma ONG (Projeto Arrastão), as quais apontam que: “(...) a região do Campo Limpo apresenta um dos maiores índices de desigualdade social e desemprego juvenil e adulto do Estado de São Paulo (...), 24% dos moradores vivem em favelas e 20% da população não têm acesso à rede de esgoto. Além disso, 20% dos habitantes não recebem qualquer renda e 42,5% ganha até dois salários mínimos” (RAIMUNDO, L. 2014, p.120).

Todos estes dados corroboram para a construção de uma realidade vulnerável econômica e social da população desta região que buscará, em formas alternativas de economia, uma melhoria em sua qualidade de vida.

Pautado neste contexto de luta por melhores condições de vida surge a associação que se torna a catarse do surgimento do banco União Sampaio: a Associação Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências.

Com a intensificação do processo migratório nas décadas de 1950 e 1960, muitos homens trabalhadores, ao chegarem à localidade, procuraram ocupação na construção civil. As mulheres permaneceram nos bairros, encarregadas dos serviços domésticos e cuidados com as crianças. (...) Já que o trabalho na construção civil não rendia o necessário, as mulheres passaram a desenvolver atividades econômicas. Não havendo infraestrutura necessária, como escolas, creches, hospitais, essas mulheres encontraram dificuldades em assumir uma jornada de trabalho (...) Nesse período, passaram a lutar pela instalação de uma creche. A aproximação dessas mulheres devido a uma necessidade concreta inicia uma trajetória de luta na região. (RAIMUNDO, L. 2014 p. 121).

Atualmente, a frente de ações da Associação Popular de Mulheres é bem mais extensa, apresentando ao todo 11 linhas de atuação³⁴ em áreas como: saúde, cultura, sustentabilidade e cursos profissionalizantes, buscando “inclusão social de seus usuários

³³ <http://noticias.serasaexperian.com.br/funcionarios-da-serasa-experian-se-mobilizam-na-semana-do-voluntariado-em-prol-de-causas-sociais-no-campo-limpo/>

³⁴ <http://www.uniaopopmulheres.org.br/site/atuacao.asp>

com dignidade e cidadania”³⁵.

Em termos institucionais, os avanços para esse grupo de mulheres aconteceu em 1987, com a criação oficial da Associação Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências (UPM).

Até então, muitos dos encontros e ações aconteciam de forma silenciosa:

(...) de forma clandestina, debatiam questões políticas relacionando questões do cotidiano, as políticas do Estado. Por vivenciarem um período ditatorial e a atividade desenvolvida ser ilegal, encontraram, no Clube de Mães e nas aulas de crochê, o disfarce perfeito. (RAIMUNDO L., 2014, p. 123).

No site da associação³⁶ é encontrada a seguinte definição sobre a UPM: “(...) é uma associação sem fins lucrativos, sem vínculos partidários, empresariais ou religiosos, comprometida com a integração sócio-cultural e educacional da sociedade paulistana”.

Luciana Raimundo, em seu trabalho, define a UPM, e revela o simbolismo gerado pela luta destas mulheres em busca de uma forma alternativa de sociedade:

O Tutorial da UPM – em construção permanente –, pensado especialmente para ampliar a visão dos trabalhadores sobre os projetos em andamento, assegura no trecho inicial que a UPM é um movimento popular comprometido com as lutas populares e com a construção de novos valores para a constituição de outra sociedade, tendo como horizonte os princípios da educação popular e da Economia Solidária. Na sequência lê-se: “somos uma organização anticapitalista e não acreditamos nos valores desta sociedade, pois são pautados no lucro, no dinheiro. Não queremos ser incluídos ou incluir alguém. Estamos construindo outros valores que preservem as relações humanas. Assim construiremos outra sociedade, mais solidária”. (RAIMUNDO, L., 2014, p. 126 e 127).

Estes pontos explicitam a relação deste movimento social com o ressurgimento da Economia Solidária no Brasil em aspectos como: o período histórico, o estímulo advindo das dificuldades sociais e econômicas e o foco nas relações humanas, tornando compreensível a associação deste grupo de mulheres ao surgimento de um objeto prático de ação da economia solidária, no caso um banco comunitário.

As trocas de mercadorias e serviços em si sempre estiveram presentes no distrito do Campo Limpo, o estudo de Luciana Raimundo capta, nas entrevistas com os moradores, que inclusive já existiam feiras solidárias na região com o objetivo de prestar serviços diversos à população como saúde, cultura e empreendedorismo. A parte

³⁵ <http://www.uniaopopmulheres.com.br/category/quem-somos/>

³⁶ <http://www.uniaopopmulheres.com.br>

organizacional e sistêmica a respeito destas trocas veio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP – SP), como relata Raimundo (2014, p.131/2): “Em 2009, o Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária da USP (NESOL), o ITCP-USP e a comunidade do Jardim Maria Sampaio criam o Banco Comunitário União Sampaio (...)”.

É interessante salientar que, por meio das entrevistas realizadas por Raimundo, é possível perceber que havia pessoas e órgãos contrários à implementação do banco comunitário no bairro, o que tornou ainda mais necessário, como já apontado anteriormente como sendo essenciais para o desenvolvimento de uma moeda social: a confiança. Foi necessário demonstrar comprometimento e respeito para com a comunidade, constituindo uma etapa quase que educativa acerca do que realmente constitui o trabalho de um banco comunitário e de uma moeda social.

Sendo assim, a ITCP-USP e a UPM ficaram responsáveis pela formação e preparação da comunidade para a implantação do banco, tendo como metas: explicar o funcionamento da moeda paralela – o Sampaio –; levantar demandas locais para compor os serviços oferecidos; esclarecer as possibilidades de atuação de um banco comunitário na região; e identificar como o banco poderia fomentar as ações já desenvolvidas pela UPM. (RAIMUNDO, L. 2014, p. 133).

O período de entendimento e adaptação da comunidade ao banco durou, segundo os estudos de Raimundo (2014), um total de seis meses, com formações que abrangeram temas relacionados à economia, como a estrutura do sistema monetário nacional e mundial, até ensinamentos mais práticos, operacionais e estruturais como a confecção das moedas, adaptação da estrutura física do banco, estas guiadas pelo Instituto Palmas.

Atualmente, a organização do Banco é composta, entre colaboradores voluntários, por três coordenadores - contratados através de editais – que trabalham em dias e horários comerciais na sede do banco³⁷. Um dos pontos interessantes da organização estrutural do Banco é a valorização dada ao tempo de vivência do colaborador, ou seja, quanto mais tempo de trabalho desenvolvido e maior a apropriação das atividades, maior será a propriedade de fala do mesmo, estimulando a confiança no trabalho desempenhado.

O Banco União Sampaio apresenta três frentes de atuação prática para com a população do Campo Limpo, sendo elas:

- Concessão de Crédito;

³⁷ O Banco União Sampaio divide sede com a União Popular das Mulheres na Rua Zacarias Mazel, 108 no Jd. Maria Sampaio – Campo Limpo, São Paulo - SP.

- Educação financeira;
- Organização comunitária.

Como já dito anteriormente, o objetivo de estudar este Banco é de compreender o papel e de uma Moeda Social, criada pelo mesmo, não sendo possível um estudo aprofundado das outras atividades – também benéficas e importantes para a comunidade.

O Banco trabalha, atualmente, com quatro tipos de crédito, onde dois deles fazem uso da moeda social. Será descrito o objetivo de cada tipo de empréstimo, assim como os valores e procedimentos de cada um deles, buscando compreender que não se trata puramente de uma atividade financeira e sim de uma prática solidária para com a comunidade.

O financiamento destes empréstimos³⁸ acontece, sobretudo, por meio de editais municipais ou estaduais, mas o Banco também busca outras formas de se financiar³⁹, de forma saudável e coletiva, uma vez que os editais são pontuais e as taxas/multas cobradas por inadimplências nos empréstimos concedidos é baixa, condizendo com a proposta social do Banco.

Todas as concessões de empréstimos do Banco contêm algumas premissas necessárias, que variam de acordo com os tipos de crédito, porém algumas se mantêm constantes como: ser morador do bairro Jd. Maria Sampaio há no mínimo um ano e ser recomendado por no mínimo três vizinhos.

O pedido de concessão de crédito é feito acompanhado de uma visita de um analista do Banco na casa/estabelecimento solicitante, buscando sondar a realidade daquela família/empreendimento⁴⁰. Uma ficha de cadastro é preenchida e analisada pelo Conselho de Análise de Crédito (CAC) do Banco – formado pelos trabalhadores diretos do Banco e representantes de suas entidades parceiras. Cada caso é analisado de forma única e com estas premissas, o crédito pode ser concedido até mesmo para pessoas que não estão aprovadas nos órgãos oficiais de proteção ao crédito, os tipos de empréstimo concedidos pelo Banco são:

³⁸ Esta também é a fonte financeira da remuneração dos trabalhadores do Banco.

³⁹ Em 2012 o Banco atingiu, através de uma plataforma de financiamento coletivo na internet – Catarse.me – R\$ 20.220,00 com o objetivo de reforçar seu capital para concessão de empréstimos.

⁴⁰ No estudo de Luciana Raimundo, nas falas dos entrevistados, é possível verificar que também são analisados aspectos sociais nestas visitas, buscando compreender de que forma vive a família, se os filhos estão na escola, se há indícios de violência doméstica, entre outros pontos cruciais na avaliação de crédito e também na construção de um auxílio consciente para a comunidade.

- Crédito de Consumo

Com o objetivo de atender privações de consumo dos moradores, sejam elas emergenciais ou não, este tipo de concessão de crédito é o mais importante para o presente trabalho, pois acontece exclusivamente em moeda Sampaio, moeda social aceita apenas no bairro Jd. Maria Sampaio. Desta forma, o beneficiado, ao suprir suas necessidades de consumo, estimula a economia nos estabelecimentos locais.

A importância de manter o fluxo financeiro localmente é ressaltada por Thiago que salienta que: “(...) a função da moeda social é aquecer mesmo a nossa economia. Fazer com que a nossa riqueza fique aqui no bairro, que ela não fique do outro lado da ponte, que é o que geralmente acontece. Nosso trabalho é despertar consciência de que o nosso bairro tem uma riqueza e que a gente tem comprar no nosso bairro.”⁴¹.

O limite disponibilizado para este tipo de empréstimo é de S\$ 300,00 (trezentos Sampaio) no máximo, tendo como prazo de pagamento, não sendo aplicados juros, mas sim uma multa referente a 1% ao dia de atraso. Contudo, a aplicação desta multa acontece somente após o contato com o usuário, que pertence a um processo de conscientização da importância do reembolso do dinheiro emprestado e do acompanhamento gerencial feito pelo Banco, com o objetivo de auxiliar o usuário a organizar suas finanças domésticas e, desta forma, não se tornar inadimplente e não precisar repetir o empréstimo.

Na visão dos moradores que fazem uso deste tipo de empréstimo em moeda social, o benefício é evidente, pela praticidade e conveniência, como pode ser visto na fala de Eva, moradora do bairro:

“Eu falei assim ó: pra eu primeiro mandar as pessoas, pra eu saber se é verdade ou não, se é puro, então vai eu só, fazer o teste. E fui lá e tirei o dinheiro. Foi fácil, não teve juro, melhor que nos próprio outros banco né?! Então eu tirei o dinheiro, fiz compra que serviu pra gás, serviu pra loja de roupa, sacolão, mercadinho, açougue, perfumaria. Pra mim foi ótimo”.⁴²

- Crédito Cultural

Com o objetivo de fomentar a cultura através da produção local, o Banco União Sampaio concede empréstimos para atividades que busquem movimentar a cultura popular na região do Campo Limpo.

O valor máximo a ser retirado é de R\$1.000,00 ou S\$ 1.000,00, e o número de

⁴¹ Fala utilizada na campanha de financiamento coletivo para descrever a importância da moeda social para o desenvolvimento do bairro, presente no site: www.catarse.me/bancouniaosampaio.

⁴² Fala utilizada na campanha de financiamento coletivo para descrever o benefício da moeda social para o desenvolvimento do bairro, presente no site: www.catarse.me/bancouniaosampaio.

parcelas é definido em uma análise de crédito, este tipo de empréstimo conta com a aplicação de taxas de juros evolutivas aplicadas sobre o valor do empréstimo, que funcionam da seguinte maneira: valores até 300 reais/\$ampaios pagam 1,5% de juros; empréstimos entre 300 e 699 reais/\$ampaios pagam 2% de juros e valores entre 700 e 1.000 reais/\$ampaios têm 2,5% de taxas de juros.

Para ter acesso a esse tipo de crédito, o solicitante precisa ter um histórico de ações de cunho sociocultural já consolidado e confirmado por duas referências. Outro ponto importante solicitado nestes casos é que, sempre que possível, os serviços culturais deverão ser contratados pela Agência Popular Solano Trindade, uma agência cultural presente no bairro.

- Crédito Produtivo

Visando auxiliar os empreendimentos locais com pequenos reparos ou capital de giro/capital fixo, o Banco concede empréstimos de até R\$1.000,00, sendo este sempre concedido em reais, com taxas de juros evolutivas (negociáveis) aplicadas no valor do empréstimo, seguindo a mesma lógica que as taxas do Crédito Cultural.

Para a liberação deste crédito, sob estas condições de pagamento, é necessário que o empreendimento seja, ou esteja disposto a tornar-se, um Empreendimento Econômico Solidário (EES), apresentando uma descrição do mesmo a fim de prova-lo economicamente viável, outras aprovações são feitas através de contato com os vizinhos e de referências comerciais, também é necessária a aprovação do CAC.

- Crédito Puxadinho

Dentro de suas limitações geográficas, o bairro Jd. Maria Sampaio localiza-se no entorno do córrego Pirajuçara, que transborda com frequência em períodos de chuva. Visando auxiliar nos reparos causados por situações como a enchente deste córrego, entre outras melhorias habitacionais, o crédito voltado para este tipo de carência local é feito em reais.

Contando com um apoio técnico em engenharia e arquitetura, o solicitante deste crédito tem direito a um empréstimo de até R\$ 1.000,00 com parcelas negociadas na avaliação financeira. O Banco exige que, sempre que possível, os materiais e serviços utilizados devem ser comprados/contratados na comunidade, estimulando o comércio local, e utilizando tecnologia limpa na construção.

Deste modo, observa-se que de 2009 a 2014 foram feitos 285 empréstimos no valor médio de R\$ 500,00, o correspondente a R\$100.000,00 concedidos no total. Vale ressaltar que a maioria destes empréstimos (72%) foram concedidos a mulheres, arrimos

de família, e que até o fim de seus estudos (2014), 40 estabelecimentos do bairro aceitavam a moeda \$ampaio.

De forma mais qualitativa, os benefícios do Banco e da moeda podem ser vistos nos seguintes trechos do estudo de Raimundo:

Todos os entrevistados acreditam que o Banco ajuda no desenvolvimento do bairro. Em um vídeo promovido pela UPM para divulgação dos trabalhos da Associação e do Banco, Thiago, também coordenador do Banco Comunitário União Sampaio, afirma: “Não somos pobres, somos empobrecidos”. Explicando melhor, Thiago procura elucidar o ciclo do dinheiro no bairro. Os grandes comércios se instalam nas regiões periféricas, provocando a falência do comércio local diante das condições insuperáveis de concorrência, ganham o dinheiro da população e não reinvestem na comunidade onde estão. (RAIMUNDO, L., 2014, p. 138).

O envolvimento direto ou indireto com as atividades da Associação, do Banco Comunitário e/ou da Agência Popular possibilitam mudanças positivas nos padrões econômico-qualitativos na vida das pessoas, além da compreensão da importância das ações praticadas coletivamente. A Associação, o Banco Comunitário e a Agência Popular funcionam como ferramentas estratégicas na constituição de uma identidade, compartilhando valores, interesses e projetos comuns. As iniciativas viabilizam a formação e a participação política das pessoas e o fortalecimento de demais mobilizações populares. (RAIMUNDO, L. 2014, p. 227).

Nas pesquisas feitas para compreender melhor o funcionamento e impactos da moeda, algumas expressões chamam a atenção como: “As pessoas estão mais felizes” junto a termos que simbolizam empoderamento e a força que a comunidade passou a ter após a instalação do Banco e implantação da Moeda Social, fatores que não podem ser medidos quantitativamente.

Seu estudo também revela que o Banco União Sampaio enfrenta suas maiores problemáticas no campo do financiamento, tornando algumas vezes a demanda por empréstimos maior do que a capacidade do Banco de supri-las, o que muitas vezes os leva a fazer uma divulgação concentrada e não buscar atrair novos usuários.

Em termos práticos é trazida a dificuldade de encorajar a comunidade em novos empreendimentos ou de pautar os já existentes na lógica da economia solidária.

Também são encontrados entraves no âmbito do diálogo e da compreensão de que a moeda social é “apenas um mecanismo” de apoio à construção de uma forma alternativa de economia, mais solidária e cooperativa, e seu uso trás benefícios ao bairro todo, auxiliando na construção de uma luta mais ampla na resistência de diretrizes neoliberais impostas. Contudo este debate deve acontecer em uma esfera maior, de

forma coletiva, o que é complicado devido aos bloqueios de toda a construção social a cerca do dinheiro e da economia como um todo, desafios que somente poderão ser vencidos no longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a construção da sociedade, no que tange ao aspecto econômico, conforme trazido no texto, esta fortemente ligada às diretrizes adotadas em cada período, construindo o que seria prioridade e fatores que foram compondo a nossa condição como economia neoliberal capitalista e os impactos disto na vida dos trabalhadores.

Desta forma, tendo a Economia Solidária ressurgido no período de crise econômica gerada pelas políticas neoliberais passo a entendê-la como uma “formalização” de aspectos intrínsecos à luta daqueles que, de alguma forma, não foram contemplados pelo sistema econômico vigente. Ou seja, a Economia Solidária passa a ser a representação da solidariedade e da cooperação dos trabalhadores na busca da superação de obstáculos como a desocupação estrutural e empobrecimento.

Tendo se desenvolvido ao longo dos anos, a Economia Solidária se apresenta, atualmente, como algo maior do que empreendimentos alternativos ou uma saída momentânea para o desemprego, constituindo um novo modo racional de economia que possui um impacto sobre o fluxo de renda dos indivíduos que dela participam. Isto foi construído ao longo dos anos, ainda que, muitas vezes, com a carência de marcos legais e apoios robustos por parte do Estado, que acabam reforçando a ideia de que a Economia Solidária é apenas mais um apoio às políticas públicas sazonais, conforme visto nos exemplos trazidos no estudo.

Ainda existem carências no desenvolvimento e na atuação prática da Economia Solidária, conforme já dito anteriormente na citação de Marx, os empreendimentos solidários acabam reproduzindo algumas das falhas do próprio sistema capitalista, o que reforça outra grande limitação do progresso da Economia Solidária, que é o fado de estar inserida no regime neoliberal capitalista, que por si só já fortalece a construção social em busca da acumulação de capital, dificultando a mudança de *mindset* dos agentes presentes nesse sistema econômico.

Configuro esta ‘mudança de mentalidade’, ou ‘falta de confiança na mudança’ como a maior problemática, tanto para a Economia Solidária, quanto para seu mecanismo aqui estudado, a Moeda Social. É compreensível a complexidade ligada ao movimento de fazer com que toda uma comunidade se comprometa a utilizar um novo meio de pagamento/meio de troca, e esta dificuldade se amplia ao se ter a visão sobre a benevolência inicial que demanda esta atitude, uma vez que não são feitos contratos ou relações estatais explícitas. Contudo, a meu ver, é a superação destes obstáculos que

torna o uso da Moeda Social tão beneficiador e inspirador para a comunidade a qual a mesma se aplica.

O papel da Moeda Social, sob o olhar do fluxo circular da renda, consiste, basicamente, em manter as trocas e os investimentos na região (uma vez que a mesma só é aceita localmente) e, até mesmo, trazer para a comunidade gastos e aplicações que são obtidos externamente, elevando as transações e fortalecendo o comércio e o emprego local.

O objetivo de trazer um caso real de Moeda Social na atualidade, suas premissas e funcionalidades foi o de tornar explícita a diferença (de forma prática e simbólica) entre uma Moeda social e a Moeda corrente; um Banco Comunitário e um Banco Comercial; assim como a aplicabilidade de um crédito comum e um crédito concedido em Moeda Social, e assim, ressaltar que existem formas alternativas de se fazer economia e de construir uma sociedade mais solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry et al. **Balanço do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

BACIC, M. R. **Economia Solidária**. Campinas: ITCP/Unicamp, 2008. 22 p. Texto para Aula. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Economia_Solidaria_Basic.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Banco Comunitário Tupinambá. **Moeda Social Sol**. Disponível em: <<http://bancotupinamba.blogspot.com.br>> Acesso em 15 de novembro de 2017.

BÚRIGO, F. L. **Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária**. Florianópolis, SC, fev, 2001. In Economia Solidária, v. 1, 2003.

CHESNAIS, F. **La finance mondialisée**. Paris: La Decouverte, 2004.

Financiamento Coletivo Banco União Sampaio. Disponível em: <<https://www.catarse.me/bancouniaosampaio>> Acesso em 11 de outubro de 2017.

Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, I, 2009, Salvador. Anais do **I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/anais_I_forum_inclusao_financeira%20indd.pdf> Acesso em 7 de setembro de 2017.

GADOTTI, M. **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo, Ed Cortez, 1993.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. In Economia Solidária, v. 1, 2003.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo, Ed. Loyola, 2004.

HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje**. São Paulo, Viramundo, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acessado em 16 de outubro de 2017.

LECHAT, N. M. P. "**As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**." Economia Solidária, v. 4, 2002.

LEITE, K. C. **Economia de Comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado**. Ed. Annablume/FAPESP, São Paulo, 2007.

LEITE, K. C. **A reestruturação capitalista da sociedade e o ressurgir da economia solidária**. In Estudos de Sociologia, v. 16, n. 31, 2010.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, 2009.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. **Economia Monetária**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MELO N. S. J. J.; MAGALHÃES, S. **Bancos comunitários**. 2009.

MARX, K. **O Capital**. Ed. Boitempo. São Paulo, 2013.

MELO, N. S. J.J.; MAGALHÃES, S. **Bancos comunitários**. 2009.

MUSTO, M. **Trabalhadores, uni-vos!** Antologia política da I Internacional. Ed. Boitempo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, M. P. **Moedas sociais como mais um instrumento para potencializar o desenvolvimento da economia local**. 2012.

PIRES, C. P. **Economia Solidária e Educação: Possibilidades, Limites e Desafios**. Tese 2015. Centro de Ciências Humanas e Biológicas da Universidade Federal de São Carlos.

RAIMUNDO, L. **Finanças solidárias e a luta contra hegemônica: Um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da agência popular Solano Trindade**. 2014.

RAMOS, A. T. A.; ARAÚJO, Y. M. C. **Economia solidária: quais possibilidades de desenvolvimento**. Revista Desenvolvimento Social, v. 1, n. 8, 2013.

RAZETO, L. **Las empresas alternativas**. Montevideo, Nordan/Comunidad, 2002.

RIGO, A. S.; DE FRANÇA FILHO, G. C.; LEAL, L. P. **Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: a Experiência das Conchas em Matarandiba/BA**. Revista interdisciplinar de gestão social, v. 4, n. 2, 2015.

Serasa Experian. Semana do voluntariado em Campo Limpo – **Dados socioeconômicos**. Disponível em: < <http://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2014/05/22/funcionarios-da-serasa-experian-se-mobilizam-na-semana-do-voluntariado-em-prol-de-causas-sociais-no-campo-limpo/>> Acesso em 26 de outubro de 2017.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **"Dez anos de Secretaria nacional de Economia solidária (Senaes)"**. São Paulo, 2014.

_____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SOARES, C. L. B. **Moeda Social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. Tese 2006. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Subprefeitura do Campo Limpo, São Paulo – SP. **Dados demográficos**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758> Acesso em 16 de outubro de 2017.

Subprefeitura do Campo Limpo, São Paulo – SP. **Histórico**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/campo_limpo/historico/index.php?p=131> Acesso em 16 de outubro de 2017.

União popular de mulheres. Disponível em: <<http://www.uniaopopmulheres.com.br>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

União popular de mulheres. **Descrição institucional**. Disponível em: <<http://www.uniaopopmulheres.com.br/category/quem-somos/>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

União popular de mulheres. **Atuação**. Disponível em: <<http://www.uniaopopmulheres.org.br/site/atuacao.asp>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

WELLEN, R. H. A. **Contribuição à crítica da 'economia solidária'**. Revista katálysis, v. 11, n. 1, 2008.